

Campus Repórter

Por um fio

*No Pará, dor e superação de
mulheres escalpeladas pelo descaso*

PERU

Relatos da reconstrução pós-terremoto

PERFIL

Tânia Navarro Swain não faz gênero

PATRIMÔNIO

A cultura que havia antes de Brasília

• Carlos Henrique Novis • Érika Bauer de Oliveira • Isabela Lara Oliveira • Marcos de Souza Mendes • Christina Maria Pedrazza Soga • Edmundo Brandão Dantas • Pedro David Rucci Duarte • Duda Bentes • Gustavo de Castro e Silva • Clodomir Souza Ferreira • Wagner Antonio Rizzo • Suzana Madeira Dobal Jordan • Maria Fernanda D'Angelo Valentim Abreu • Marcelo Feljó Rocha Lima • David Rodney Lionel Pennington • Carlos Eduardo Machado da Costa Esch • Selma Regina Nunes Oliveira • Armando Bulcão • Dacia Ibiapina da Silva • Tânia Siqueira Montoro • Nélia Rodrigues Del Bianco • Fabíola Orlando Calazans Machado • Liziane Soares Guazina • Samuel Pantoja Lima • Mauro Giuntini • Luciano Mendes • Katia Maria Belizario de Araújo Couto • Janara Souza • Gabriela Pereira de Freitas • Fernanda Martinelli • Fabio Henrique Pereira • Ellic Regina Araújo da Silva • Elen Cristina Geraldes • Denise Moraes Cavalcante • Aodrual Borges Formiga Sobrinho • Delcia Maria de Mattos Vidal • Liliane Machado • Janara Kalline Leal • Tiago Quiroga • Sérgio de Sá • Maria Leticia Renault C. Abreu e Souza • Solano dos Santos Nascimento • Hélio Marcos Prates Doyle • Lavina Madeira Ribeiro • Luiz Martino da Silva • Dione Oliveira Moura • Célia Maria dos Santos Ladeira Motta • Rosângela Vieira Rocha • Suzana Guedes Cardoso • Márcia Marques • Thaís de Mendonça Jorge • Célia Kinuko Matsumaga Higawa • Murilo César Oliveira Ramos • Sérgio Dayrell Porto • Luiz Gonzaga Figueiredo Motta • Paulo Paniago • Maria Jandyrá Cavalcanti Cunha • Luiz Cláudio Martino • Paulo José Araújo da Cunha • Zelia Leal Adghirni • David Renault da Silva • Carlos Chagas • Luis Humberto Miranda Martino Pereira • Adelar Santo Vicenze • Walder de Góes • Ubirajara da Silva • Maria de Lourdes Moraes • Geraldo da Rocha Moraes • Euler Mateus • Clímério Ferreira • Clécio Ferreira • José Ferreira • José Salomão David Amorim • Milton Ribeiro • Maria Rita Leal • Eduardo Brito • Mauro Pereira Porto • Edmilson Siqueira Neto • Maria Angélica Ladeira • Venício Artur de Lima • José D'Arrochela Lobo • César Mendes • Carlos Augusto Satti • Vladimir Carvalho da Silva Nelson Pereira dos Santos • Heinz Forthmann • Jean-Claude Bernadet • Plácido Flaviano Curvo Filho • Francisco Henrique Diana Araújo • Manuel Vilella Magalhães • José Antônio Guerra • Pedro Jorge Pinto de Castro • Maria Luiza Daineci Venturelli • Antônio José de Lima Neto • João Bosco Serra e Gurgel • Ruth Maria Coaff • Geraldo Rocha Sobral • José Luiz Braga • José Carlos Ramalho Junior • João Lanari Bô • Edgard Tellec Ribeiro • Arcelina Helena Públio Dias • Fernando Bastos • Clara de Andrade Alvim • Denilson Lopes Silva • Roberto Pompeu de Souza Brasil • Eduardo Carlos Garda • Milton Cabral Viana • Aldo Vinholes Magalhães • Roberto Sabatto Cláudio Moreira • Lytton Leite Guimarães • Juan Dias Bordenave • Ijalmar Maia Nogueira • André Gustavo Stumpf • Paulo Emilio Sales Gomes • João Baena Soares • Flávio Tavares • Décio Pignatari • Marco Antônio Rodrigues Dias • Luiz Gutemberg Lima Silva • Octávio Costa • Luis Beltrão • Eugênio Malanga • Francisco Pontes • Antônio Fausto Neto •

Da **ideia** ao **concreto**
Faculdade de Comunicação de Massa
 Do **concreto** ao **humano**
Faculdade de Comunicação
50 anos
T r a n s F o r m a n d o



NO PARÁ, Mel e Ádon perseguiram os relatos de quem perdeu parte do corpo e da alma. No Peru, Mai foi conferir histórias de um terremoto que arrasou casas e corações. Em Pernambuco, Ana Clara e Mariana atestaram que a maconha ainda faz efeito na cidade de Salgueiro, entre o bem e o mal. Aqui mesmo, na capital do país, Manu e Miguel perfilarão uma professora do tipo inesquecível, contundente e corajosa. Felipe, Vinicius, Mariana e Clara entraram na Folia de Reis – e até ficaram literalmente atolados na apuração da reportagem. Textos e fotos, entretanto, não

Carta do editor

existiriam para o leitor não fosse o processo de encaixe e desencaixe no exíguo retângulo de uma página. Na produção da revista trava-se uma luta entre diferentes discursos. Palavras e imagens se debatem: fatos e fios, colunas e caracteres, fugas e fontes. E a poesia explode na página, implodindo as dualidades em busca de um consenso que seja, na medida do impossível, plural.

Sob o comando ao mesmo tempo tranquilo e rigoroso do nosso estreante diretor de arte, Luciano Mendes, a diagramação fez bonito mais uma vez. Uma beleza que quase levou fotógrafo às lágrimas, que deixou editor boquiaberto, que valorizou para sempre narrativas verbais e visuais. Nessa turma que quebra a cabeça atrás da melhor maneira de mostrar a informação jornalística, destaca-se a presença de Juliana Reis, que pediu para participar da confecção da revista pela terceira vez.

Relutei, mas acabei cedendo. Afinal, ela ama esta revista. E nós adoramos a publicação, parte do resultado da trajetória acadêmica traçada por estudantes e professores na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Se os leitores se deixarem impressionar pela **Campus Repórter** com um pouquinho da intensidade da Ju, já terá sido bom, muito bom.

Sérgio de Sá

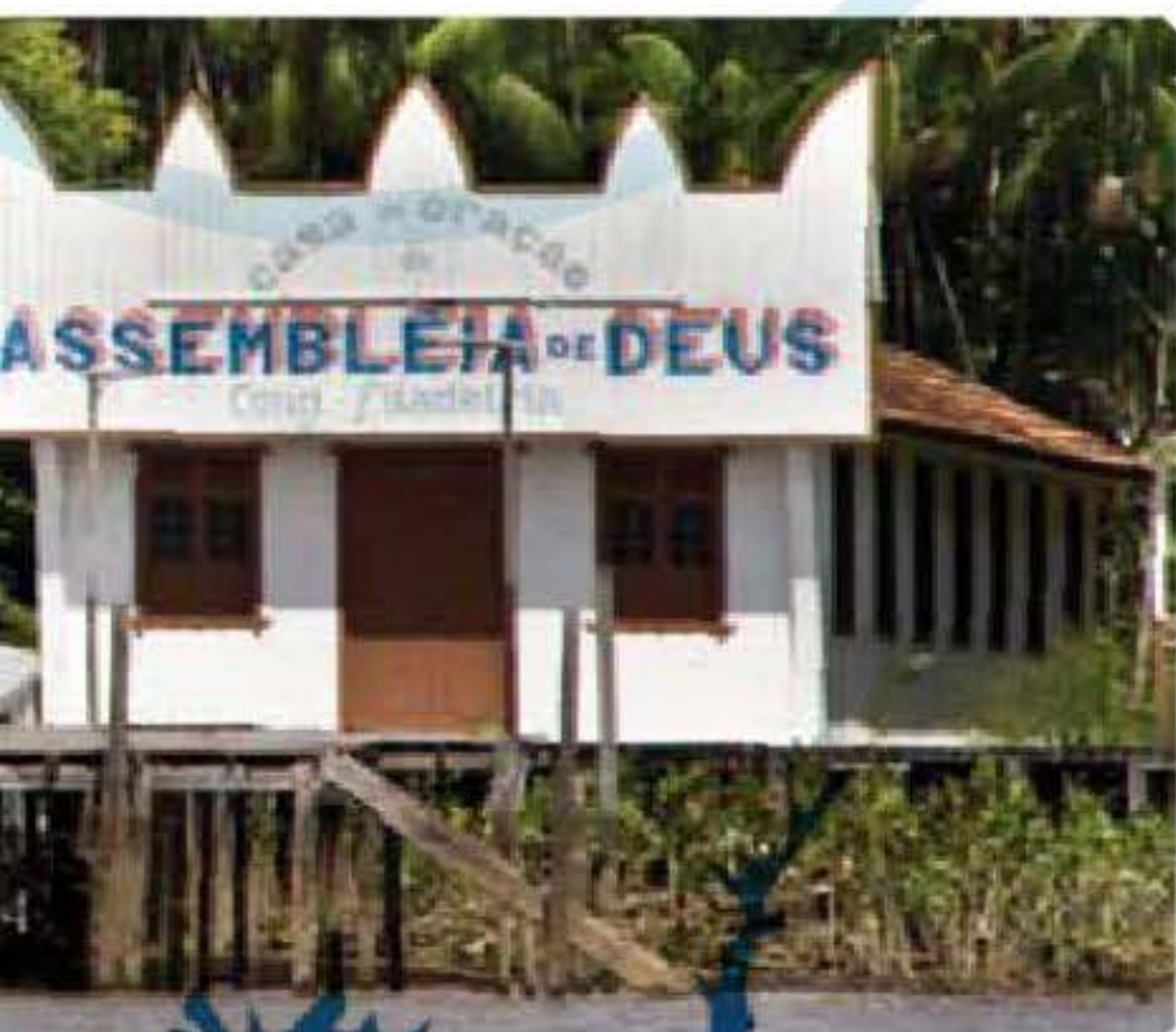
Faculdade de Comunicação | UnB



**Campus
Repórter**

4 **PERU**
reergue-se dos escombros

54
Poesia



24
**Motor do
drama**

14
**Maconha assombra
uma cidade**

46
Perfil

36
**Cultura da
memória**



The background is a photograph of a dark, textured wall, possibly made of stone or concrete, with a horizontal band of bright blue paint. Overlaid on the blue band is a yellow spiral graphic. The text is positioned in the lower-left corner of the image.

Era mais uma quarta-feira fria na cidade de Pisco, no Peru, quando às dezoito horas e quarenta minutos a vida de uma cidade inteira iria mudar para sempre

PERU

Texto e fotos | Mai Dornelles
Diagramação | Títo Pattini



Um dos muitos desabrigados mesmo depois de quatro anos após o terremoto

Com cerca de 120 mil habitantes, a cidade fica localizada na região de Ica, 237 quilômetros ao sul de Lima, capital do Peru, cerca de três horas de viagem de ônibus. Um lugar em que mototáxis, conhecidos como Tuc-Tuc pelo barulho que fazem, prevalecem e as casas, feitas de material de palha entrelaçada, são maioria. Em Pisco não se consegue ficar limpo, a poeira vem em grandes quantidades e, por ser cidade litorânea, o vento é sempre forte.

Naquela quarta-feira Délia Hernandez estava com o marido, Vladimir Hernandez, em conversa, na casa de uma amiga. Lizeth, 14 anos, a mais velha dos quatro filhos do casal, estava em casa com os irmãos.

Tremores e terremotos no país não são raros. Em 1970, houve terremoto em que mais de 70 mil pessoas morreram ao norte do Peru. A costa do país fica localizada no chamado Cinturão de Fogo do Pacífico, uma das zonas mais sismicamente ativas do mundo. São duas placas tectônicas que se encontram: a placa de Nazca e a placa Sul-Americana.

Portanto, a população convive com pequenos abalos sísmicos e sabe como proceder quando um de

maior porte chega: é preciso ficar embaixo do batente das portas e paredes centrais, tentar manter distância de móveis altos, proteger-se em algum lugar longe de paredes que podem desmoronar, entre outras medidas.

Três minutos antes dos tremores, os inúmeros cachorros da cidade foram para as ruas e começaram a latir. O primeiro abalo veio às 18h40. Délia e Vladimir acharam normal e continuaram no segundo andar da casa da amiga. Já Lizeth pediu para os irmãos, o do meio, Juan, com 12 anos, e Deisy, com oito, irem para o batente da porta da casa da família. Lizeth pegou o irmão de cinco anos, também Vladimir, e se protegeram debaixo do beliche.

O sismo continuava, cada vez mais forte. Veio o grande abalo de oito graus na escala Richter, em que o valor máximo é dez graus. Um terremoto nessa magnitude, além de destruir noventa por cento das casas de uma cidade, é capaz de fazer uma



Lizeth Hernandez se emociona ao lembrar e contar como foi sua experiência na hora do terremoto



estrada ficar parecida com uma onda no mar. Délia e o marido correram para o térreo e conseguiram escapar. O instinto foi mais forte: pensavam nos quatro filhos. Enquanto isso, Lizeth só teve tempo de gritar para os irmãos: “Corram!”. Ela colocou o irmão Vladimir dentro da blusa que vestia e tentou fugir. Os irmãos conseguiram escapar, Lizeth e Vladimir não. A sorte foi que se formou um buraco entre a porta, que caiu e ficou encostada em um ângulo de 45° com a parede do corredor em que ela passava. A poeira era muita, estava difícil respirar. Nessa hora, ela advertiu o irmão: “Vladimir, se eu fechar os olhos, grita o máximo que você conseguir para te tirarem daqui”.

Rita Jorge estava em casa com a filha Alejandra Jorge, de 12 anos. Ambas faziam atividades rotineiras quando veio o primeiro tremor. Como todos da cidade, não houve preocupação. Quando veio o grande terremoto, Rita protegeu Alejandra com o próprio corpo.

Ela sentiu o desabar do concreto sobre as costas e uma grande dor no tornozelo. Alejandra, que é evangélica, gritou para a mãe se arrepender dos pecados, porque, no entender da filha, aquilo era o fim do mundo.

Lizeth não conseguia pedir socorro, pois a poeira era sufocante. Quando finalmente os tremores pararam, ela pegou uma pedra e começou a bater na porta de madeira e gritar por ajuda. Vladimir saiu de dentro da blusa da irmã e começou a cavar um buraco. Foi nessa hora que Deisy viu os irmãos. O pai finalmente chegou e conseguiu ajudar os filhos a saírem dos escombros.

Alejandra sentiu um pingo no rosto e pensou que no fim do mundo começara a chover. Quando o tremor cessou, ela percebeu, não era chuva, o sangue escorria da cabeça da mãe. Na tentativa de apoiar a perna direita no chão, Rita sentiu o tornozelo gravemente machucado.

Por ser cidade litorânea, não demorou para o boato de que um tsunami invadiria Pisco. Para mais informações, todos pensaram na Plaza de Armas, a praça central. Rita e Alejandra começam a caminhar para o centro.

Délia não chegava e Lizeth começou a ficar desesperada, pensando o que poderia ter acontecido com a mãe. Juan a viu na esquina, a família correu ao encontro dela, todos muito abalados. Finalmente, a família estava completa.

Era um pesadelo, pensava Lizeth ao chegar à praça. A igreja San Clemente, que na hora do terremoto tinha aproximadamente 200 pessoas em uma missa de enterro, desabou. Foi o local em que mais pessoas morreram. Localizada na Plaza, podia-se escutar os gritos ensurdecadores de socorro vindos de dentro dos escombros.

Saldo terrível

No mesmo dia, quando o Governo de Pisco resolveu tirar os sobreviventes da igreja, foi pior. Quanto mais a escavadeira mexia para “tentar salvar”, mais enterradas as pessoas ficavam. Alguns poucos escaparam: o primeiro resgatado foi um bebê e o pároco, José Emilio Torres, um dos poucos sobreviventes.

Cerca de 48 mil famílias foram prejudicadas, mais de 11 mil casas destruídas e o total de 514 mortos. Todos se aglomeraram na praça naquela noite que parecia nunca terminar. A cidade virou um caos. Bancos foram saqueados, farmácias foram furtadas e, na Plaza de Armas, aumentavam os números de fileiras de corpos no chão.

Rita conseguiu ajuda com um amigo que trabalhava com ela na mercearia e foram para o município mais próximo, Ica, tratar do tornozelo. A sorte foi encontrar médico na pequena cidade. Foi rápido e Rita e Alejandra voltaram para Pisco. Nada havia mudado. Rita e Delia, junto com as respectivas famílias, ficaram sem comer, sem beber água e a conviver com moribundos ao redor durante mais de um dia e meio. Para Lizeth, as piores cenas eram das famílias ao procurar entre os corpos algum parente. As fileiras de corpos pareciam intermináveis.

**Aquela música que Pisco
jamais esquecerá: gritos de
socorro, o barulho do chão que
não parava de tremer**

Dois dias depois, quando chegou água, era apenas uma garrafa para cada adulto e três garrafas por criança. Houve dias que era apenas uma garrafa para cada criança e os adultos não recebiam. As coisas melhoraram quatro dias depois, quando o Exército da Salvação chegou à cidade e se instalou em grandes lugares para montar a estrutura adequada e atender a população. Por exemplo, próximo da Plaza



**Tuc-Tuc, o mototáxi mais utilizado
pela população**

de Armas foi montada, em um estádio de futebol, uma grande tenda com camas, médicos disponíveis, comida acessível etc. Lá, a população recebeu tratamentos diversos e pôde ter onde dormir.

Nem o mar foi mais o mesmo após o terremoto. O pescador Paul Guillen e a maioria dos pescadores perderam as casas com o pequeno tsunami que invadiu apenas as partes mais próximas da areia. Segundo o professor do Instituto de Geociência da Universidade de Brasília Jean Willy Rosa, abalos sísmicos só podem alterar as correntes do mar se houvesse mudança na topografia do fundo. Mas para Paul e todos os pescadores, depois do tremor o mar ficou mais agitado





A Câmara Municipal, que não desabou, será transformada no Museu de Pisco



**Há muitas lembranças,
uma ferida que nunca irá
cicatriz**



e hoje é mais difícil pescar. Além da perda da residência, o acontecimento marcou-o para a vida: muitos familiares mortos – apenas um irmão sobreviveu – e uma casa demolida.

Aos poucos, cada cidadão reconstruiu a vida. O Governo de Pisco, junto com outras entidades que foram para a cidade ajudar, proporcionaram doações de tendas, módulos pré-prontos e esteiras de palha. Lizeth e a família tiveram ajuda de psicólogos do Exército da Salvação. Porém, confessa que até hoje culpa a mãe por não ter estado presente ao seu lado durante a tragédia e tê-la deixado com toda a responsabilidade das três vidas dos irmãos.

Alejandra continua evangélica e Rita recuperou o tornozelo. Ela não pode mais trabalhar na mercearia, pois ficar em pé durante muito tempo não favorece o tornozelo – ela começa a sentir dor.

De todos, a reclamação é unânime: a falta de ajuda governamental peruana e local é nítida. A situação deveria ser temporária, virou permanente quatro anos após o terremoto. As casas feitas de esteiras formam grandes favelas em Pisco. Quem chega à cidade continua a pensar que o terremoto acabou de acontecer, por conta das condições precárias em que a população vive: falta de luz, água potável e saneamento básico.

Ajudas humanitárias ainda permanecem. A Cruz Vermelha,



Corpo de Paz, Espacio e Expresión e Pisco Sin Fronteras são apenas alguns exemplos das ONGs que contribuem para a reconstrução da cidade.

Houve mudança no pensamento da população. O povo protesta, vai às ruas e exige melhoras. Pisco não fechou os olhos para a grande corrupção e roubo das doações internacionais. Segundo Lizeth, pior que toda a tragédia são aqueles que tiraram vantagem da situação. Foram cerca de 300 milhões de nuevos soles, moeda peruana, em doações do exterior e doações nacionais. Foi criado o Fundo para Reconstrução Integral das Zonas Afetadas pelos Terremotos, o Forsur. Somente 30% dos recursos doados ao Fundo foram utilizados, isso em quatro anos. Mais de 13 mil famílias ainda estão desabrigadas e moram em centros de recreação criados momentaneamente para atender a população na época do terremoto.

O prefeito de Pisco, Jesús Felipe Echegaray, de apenas 33 anos, é otimista. Para ele, o novo plano para a “verdadeira” reconstrução vai transformar Pisco em cidade turística e tirar parte do povo da miséria. “Limpeza, ordem, segurança e modernidade. Com esses quatro fatores se beneficia o povo de Pisco. Se não tem trabalho, não se come. Se não se come, não se é um bom estudante”, afirma Echegaray.

São três vertentes para o novo futuro: tirar o estádio de dentro da cidade e utilizar o espaço de cinco hectares para

construir um shopping e uma grande área comercial; reformar a orla de Pisco; e reconstruir a Plaza de Armas. De fato, a praça, aos poucos, se reconstrói. É possível ver a nova igreja quase pronta e lixeiras com separação para reciclagem. A antiga Câmara Municipal será restaurada para dar lugar ao Museu de Pisco.

Sim, um terremoto acontece duas vezes em um mesmo lugar. Tratando-se de abalos sísmicos, a probabilidade de outro tremor da mesma magnitude ocorrer é grande. O prefeito afirma que todas as novas construções são antissísmicas. Ao serem perguntados sobre a nova possibilidade de terremoto, Paul, Délia, Rita são unânimes



As montanhas ao fundo, que fazem parte da paisagem de Pisco, se confundem com as montanhas de entulhos remanescentes do terremoto

em fornecer a resposta: “Mas para onde poderíamos ir, o que podemos fazer?”.

A falta de perspectiva atinge também Alejandra e Lizeth. Ambas pretendem terminar os estudos e procurar algum trabalho na própria cidade. Lizeth, com 18 anos, gostaria de ser psicóloga, porém um curso de graduação no país é caro e não há faculdade pública perto de Pisco. “Pretendo estudar inglês e depois veremos. Ainda sonho em me formar em um curso superior”, afirma a filha de Rita. Já Alejandra, com 16 anos, pretende estudar inglês e ser contadora.

As marcas do terremoto ainda são sentidas pela população. Há muitas lembranças, uma ferida que nunca irá cicatrizar. Rita e Délia, assim como as respectivas famílias, continuam a vida. A qualquer tremor no chão, Rita ainda fica em pânico, arregala os olhos e fica atenta aos barulhos ao redor para ver se realmente é outro terremoto. Délia chora na expectativa de não ser outra grande tragédia.

Para Alejandra, a mãe é vista como heroína. O saldo positivo, para Lizeth, foi que agora a família está mais unida. Cada um notou como são pequenas as brigas diárias e quão maior é o amor que cada um sente pelo outro. A cidade ficou mais solidária. Pisco ainda espera, aos poucos, a reconstrução, quatro anos após o terremoto. ✕



Muro com grafite na entrada da ONG Pisco Sin Fronteras, que ajuda na reconstrução da cidade

JORNALISMO NA PRÁTICA

POR TRÁS DA BELEZA

Na teoria tudo funciona. Ir sozinha para uma cidade no interior do Peru que ainda vive em condições precárias não foi fácil. Tive de convencer minha família. Mais: convencer meu pai a permitir que a caçula fosse construir casas, com financiamento — um “paitrocínio”.

Fui ajudar uma ONG chamada Pisco Sin Fronteras, a PSF, cujo principal trabalho é a reconstrução da cidade. A rotina era: acordava 8h, tomava café, ia trabalhar pela ONG a manhã inteira, de tarde ia fazer minhas pesquisas. Voltava sempre entre 21h ou 22h, cansada.

Conheci um brasileiro na PSF, Max de Souza, conversava apenas com ele. Foi difícil o meu relacionamento com o resto das pessoas, que só falavam inglês.

Para sobreviver, meu espanhol é ótimo. Mas para fazer entrevistas o básico não foi suficiente. A facilidade que encontrei para superar esse obstáculo era ser brasileira. Ao falar minha nacionalidade, os peruanos abriam um sorriso e relacionavam com algo: “*Brasileña*?! Ah! Ronaldinho, futebol, Xuxa!”.

A segunda grave dificuldade foi alimentação. É comum ficar com diarreia ao chegar a Pisco. A casa da Pisco Sin Fronteras tem três andares e em cada andar existe no mínimo um banheiro. Havia dicas para evitar o mal-estar: tomar muita

água, comer bem, lavar as mãos etc. O único conselho que esqueci foi o de tomar água. Não deu outra: infecção intestinal. A minha, se posso dizer isso, sorte foi que comecei a passar mal no ônibus voltando para Lima.

Conseguir fontes também foi um desafio. Não fiz nenhuma pré-produção no Brasil, fui na coragem. Até conhecer Rita e Délia, por exemplo, demorou bastante. O prefeito, conheci três dias antes da volta.

Sinto saudades e pretendo voltar.





"Transmaconheira",
estrada de terra
paralela à BR-116,
principal rota de
escoamento da erva



O fantasma ainda faz fumaça

Em Salgueiro, sertão de Pernambuco, a calma nas ruas e o progresso econômico não são suficientes para apagar o estigma de capital brasileira da maconha

Texto e fotos | Ana Pompeu e Mariana Haubert
Diagramação | Anna Lu Corrêa



Trouxinha de maconha apreendida na penitenciária de Salgueiro

As ruas da cidade não dizem da fama que o município tem nacionalmente. São palco para as conversas jogadas fora nos fins de semana. A tarde é regada a cerveja e uma boa música brasileira, que embala as rodas de amigos até o anoitecer. No entanto, basta lembrar o título de “capital da Maconha” para que o semblante amigável se dissipe.

Em Salgueiro, município localizado no sertão central de Pernambuco, a 530 quilômetros de Recife, o estigma propagado pelo país causa extremo desconforto entre os cidadãos. “Aqui não é capital de nada não. Essas coisas ruins existem em qualquer cidade do mundo”, defende o ajudante de pedreiro José Andrade, 28 anos. Para ele, que nasceu no município, os tempos de plantio da droga foram mais intensos, mas hoje não há razão para a repercussão negativa. “A cidade já cresceu bastante, ninguém mais precisa plantar maconha por falta de trabalho”, explica.

Salgueiro não poderia ter localização melhor – para o bem e para o mal. No cruzamento das BRs 232, que liga Recife ao interior de Pernambuco, e da 116, que vai do Rio Grande do Sul ao Ceará, o município

está no coração do Nordeste, lugar estratégico do ponto de vista logístico. Com fácil acesso e equidistante da maioria das capitais nordestinas – com média de 596 quilômetros, à exceção de São Luís (MA), que fica a 1.078 quilômetros –, Salgueiro também está próxima de outras cidades médias do interior nordestino, como Petrolina (PE), Juazeiro do Norte (CE) e Feira de Santana (BA).

Histórias para contar

Se na cidade o assunto maconha é quase tabu, nos arredores do município a conversa se torna reveladora. Longe do asfalto, o quilombo Conceição das Crioulas guarda inúmeras histórias. Entre as cerca de 200 famílias que se instalaram por ali, não é difícil encontrar quem tenha tido contato com a erva. Todos conviveram de perto com a droga e famílias inteiras viveram às custas do plantio. O complicado é vencer a desconfiança dessas pessoas para que admitam o passado.

Tonda, como ficou conhecido na região o agricultor e pedreiro Carlos José de Lima, viveu as ilusões que o plantio criava. Aos 16 anos, órfão de pai desde os 11, achou que já estava na hora de ganhar o próprio

dinheiro e viu um futuro na roça daquela planta que ele nem conhecia. Hoje, aos 48 anos, reconhece mais agruras em seu passado do que conquistas. Ele plantou maconha durante 25 anos e não ganhou nada além do vício. “A primeira vez fui para a plantação fazer um teste. Não sabia ainda se queria aquilo para a minha vida, mas como eu era matuto e não sabia das coisas, acabei ficando por lá porque me perguntaram se eu tinha coragem. Eu era cabra macho, né?”

Ele nunca tinha colocado nenhum tipo de cigarro na boca, mas havia fartura e o vício veio, inevitável. “Todo mundo que plantava fumava também. Não tinha como não fumar naquele meio.” Todas as noites ele era o responsável por aguar as mudas que cresciam em meio à caatinga, recebia comida do patrão e dividia parte da produção com outros agricultores. “Não queria virar traficante, porque nem sabia como fazer as coisas”, recorda o agricultor. Em meio à vegetação seca e inóspita do sertão nordestino, nem tudo o que era plantado virava dinheiro. Não por incompetência da natureza, mas pela esperteza, no sentido mais espúrio da palavra, dos homens que transitavam pela região. “Quando tirava a roça, acontecia muita prissiga”, explica Tonda. A palavra,

tão comum no meio, significa roubo. “O dinheiro vivo mesmo era muito difícil. A gente trocava tudo em bicicleta, comida e até arma.”

Assim o agricultor criou cinco dos nove filhos, passando “necessidade demais”, o que não quer para nenhum deles. “Só eu sei o que passei. Hoje tem mais oportunidade para eles, não há necessidade de mexer com essas coisas”, afirma, olhando para o filho mais velho. O medo foi determinante para Tonda mudar de vida. Em 2000 foi pego pela Polícia Rodoviária e levou “a maior surra de sua vida”. Resolveu abandonar a roça.

Apesar de ter saído da plantação, durante algum tempo continuou a fumar de 15 a 20 baseados por dia, apesar da dificuldade para conseguir o produto. “Às vezes tinha vontade de voltar só para ter meus cigarrinhos à vontade”, afirma Tonda, que faz parte do pequeno grupo na região dos que conseguiram recuperar o controle de suas vidas. “Em minha turma, muitos foram presos ou morreram.” Hoje o agricultor planta milho e feijão, que vende na cidade, ganhando mais. E “não tem mais aquele medo, aquela vida esquisita”. Ainda assim, conta que as sombras do passado voltam para assustar de vez em quando. “Sempre aparece oferta para a gente

“A primeira vez fui para a plantação fazer um teste. Não sabia ainda se queria aquilo para a minha vida, (...) acabei ficando por lá porque me perguntaram se eu tinha coragem. Eu era cabra macho, né?”

Carlos José de Lima, o Tonda, plantou maconha durante 25 anos



voltar. Para não correr o risco, me afastei até dos meus camaradas da vida toda. Não bebo nem refrigerante em bar para não ter chance."

Ponto perfeito

Salgueiro tem ligação fácil com o resto do país por meio da BR 116, que também dá acesso às BRs 101 (que liga o Sudeste ao Nordeste) e a 316 (ligação do Norte ao Nordeste). O lugar perfeito para montar um empreendimento cuja fácil distribuição seja importante. Banhada por um sol generoso, próxima ao rio São Francisco, a região tinha todas as características necessárias para a produção e escoamento da maconha, mas os verdadeiros produtores eram e são os municípios banhados pelo rio, Floresta, Orocó, Cabrobó, Belém de São Francisco e Santana da Boa Vista, que fazem parte do chamado quadrilátero da maconha. Porém, tendo sido a maior cidade do sertão central

**BR
116**

**BR
232**

SALGUEIRO

O fácil acesso rodoviário facilitou a transformação de Salgueiro em um importante polo de plantio e distribuição da droga

de Pernambuco até meados da década de 1970, Salgueiro ganhou o título de capital do Polígono da Maconha, mesmo sendo terra quente e seca.

Com a produção em alta, era preciso encontrar homens para o trabalho braçal. Olimpo Luiz da Silva, 49 anos, cultivou maconha por mais de oito anos no povoado da zona rural de Salgueiro conhecido por Garrote Morto, mas hoje se arrepende. “Não arrumei nada de futuro. Entrei nessa por influência dos outros. Plantei, mas perdi. A polícia arrancava, os aviões passavam e botavam fogo.” Ele tinha de se afastar da família por pelo menos três meses, se dedicar exclusivamente ao cultivo da maconha e prestar atenção no que acontecia em volta, para não ser pego pela polícia. “Tudo que eu aprendi foi a passar carreira”, ou correr dos policiais, afirma, rindo envergonhado, torcendo para não encontrar um olhar de reprovação da esposa, Maria de Lourdes de Oliveira. “As pessoas chamavam pra ir plantar e eu ia. O pai de família entrava nessa para sustentar as crianças, fazer uma feira. Hoje o governo dá uma ajuda. Naquela época eu só sofri, não tinha nada.” O que diferenciou o passado do presente da família são os R\$ 112 que recebem do

programa Bolsa Família, do governo federal, para o sustento de sete pessoas.

Com receio de revirar a história antiga, seu Olimpo prefere se manter seguro com poucas palavras. Conta que, depois de trabalhar para outras pessoas, decidiu empreender a própria horta. “O serviço era todo de noite, pra não chamar a atenção. A gente dormia em rede, quando dormia. Só comia cuscuz com café.” Nunca foi pego pela polícia, corria bem. Mas atravessador deu o calote em uma roça, um ladrão levou outra e a polícia destruiu uma terceira, recorda com voz mansa e baixa, sempre desviando o olhar da mulher, que nunca concordou com a escolha do marido.

“Nunca achei direito. Complicado demais pra valer a pena. Mesmo que desse dinheiro. E olha que nunca deu”, repreende Maria de Lourdes. Quando o marido conseguia tirar algum dinheiro da plantação, tinha de dividir com os outros seis colegas. Vendiam o quilo da planta a R\$ 30. Ele não se lembra quanto conseguiu ganhar na empreitada, mas do que não conseguiu não esquece. “Entrei nessa pra comprar uma moto e uns móveis aqui pra casa. Um som e uma bicicleta também. Mas essa maconha ia pra longe e só dava dinheiro pros outros. Depois de tudo isso,

Salgueiro,
que rejeita
o título
de capital
nacional da
maconha



nem a bicicleta deu pra comprar.” Hoje a família sobrevive do que planta em casa: feijão, milho, algodão, melancia, mamona, arroz.

Mudança que veio de fora

Quando decidiram mudar o rumo da vida, talvez Tonda e Seu Olimpo não tenham percebido que se juntavam a um movimento de mudança que chegava à região. Desde o começo do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a transposição do Rio São Francisco foi uma bandeira forte do chamado “eixo social-urbano” do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com investimento total previsto de R\$ 6,8 bilhões.

A ferrovia Transnordestina é outra das principais obras do governo federal. Ela terá 1.728 quilômetros de extensão e vai ligar a cidade de Eliseu Martins (PI) aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), capazes de operar navios de grande porte. Atravessando 85 cidades e três estados, as obras já geraram, segundo a empreiteira Odebrecht, 10 mil empregos diretos e 21 mil indiretos, sendo 80% de trabalhadores

da região. As obras da Transnordestina deveriam se iniciar em 2007, mas só começaram a sair do papel dois anos depois. O prazo de conclusão já passou de 2012 para 2013. A etapa inicial estava orçada em R\$ 5,4 bilhões, mas já se admite um gasto de R\$ 7 bilhões.

Membro da pastoral carcerária da Igreja Católica, Rejane Coutinho conhece demais a região para acreditar em mudanças. Conhece plantadores de maconha pelos nomes, assim como conhece os vizinhos e amigos. Rejane é do tipo sem cerimônias. Despachada, afirma sem medo de errar: “Faz sentido a fama de capital da maconha, e vai aumentar porque vai passar um canal de água aqui”. A posição, rara entre os contrterrâneos, vem de alguém que se preocupa com o futuro da cidade. Para ela, se antes Salgueiro era considerada a capital da maconha por centralizar as apreensões, as notícias e ser o caminho da droga, a água vai levar as condições para que a cidade centralize também a produção e torne real a imagem pintada.

Vendedora intermunicipal, Rejane conhece toda a região. “Salgueiro é entroncamento do Brasil. A cidade mesmo não tem o plantio, que está nas cidades vizinhas, mas o desfecho é aqui. Isso pode mudar com a água da transposição.” Embora afirme que nem sempre quem está envolvido com a maconha é bandido ou consumidor, a vendedora teme que problemas surjam com as possibilidades oferecidas pelas obras. Há informações de que até membros do PCC – a

A ferrovia transnordestina, a transposição do rio e outras obras públicas estão mudando o perfil de uma região estigmatizada pelo crime



Canteiro de obras da transposição do rio São Francisco

organização criminosa paulista Primeiro Comando da Capital – foram à região se infiltrar nessas obras e recrutar pessoas.

Na opinião do prefeito de Salgueiro, Marcones Libório, do partido Socialista Brasileiro (PSB), o problema apontado por Rejane ficou para trás. Lembra que a cidade “sempre foi tranquila, berço do desenvolvimento do interior do estado da década de 1930 até o início de 1970”, quando Petrolina se tornou a força econômica da região e o sertão central perdeu força política, econômica e social. Então, “alguns grupos políticos permitiram a entrada da maconha, que chegou em 1980”. Diz o prefeito que a partir do final da década de 1990, mudou-se o poder político e começou uma política social e de repressão no município. Entre 2000 e 2010 chegaram os investimentos dos grandes projetos e hoje o sertão central é a região com menor percentual de violência de Pernambuco. “Esse estigma a gente superou”, garante.

Salgueiro tem 15 mil trabalhadores, ou mais de 27% da população do município, empregados nos canteiros dos empreendimentos federais. O prefeito não acredita que, no futuro, quando as obras forem entregues, essa mão-de-obra possa

voltar ao plantio da erva. Segundo Libório, Salgueiro é o centro de logística e tem 70% do PIB em serviços de saúde, educação e bancário. A população que agora trabalha na transposição e na Transnordestina logo terá uma alternativa com a Plataforma Multimodal, garante ele, referindo-se ao projeto de uma área de carga e descarga para transporte rodoviário e ferroviário, com investimentos de R\$ 600 milhões.

Mas quem trabalha com o combate à droga, tem ponto de vista diferente do prefeito. O chefe da Delegacia da Polícia Federal de Salgueiro, Cristiano de Oliveira Rocha, apesar de acreditar que diminuiu a presença da maconha na região, não duvida que ela possa voltar com mais força. Em sua opinião, se o combate cessar, as plantações voltam a crescer e não só pela brecha dada pela polícia. Como a maconha precisa de água, se não houver monitoramento, a água do São Francisco pode ser desviada para o plantio, diz ele, concordando com Rejane Coutinho. “Hoje a gente já vê furto de água das adutoras da companhia de saneamento que levam a água para Orocó e Cabrobó. E vê plantio às margens dessas adutoras”, conta.

Dados da Polícia Federal indicam que entre 2006 e houve uma queda visível no

Operários
trabalham
no "leito" por
onde passarão
as águas do
Velho Chico

número de pés de maconha incinerados. Em maio de 2008, por exemplo, quase um milhão de pés foram queimados. Já em novembro de 2010, o número foi reduzido para pouco mais de 148 mil. Números do Sistema Nacional de Dados Estatísticos de Repressão a Entorpecentes (Sindre) mostram que de janeiro a agosto de 2011 Pernambuco ficou na oitava posição do ranking dos estados com maiores apreensões da maconha: 1,5 tonelada. Em Mato Grosso, o primeiro colocado, a polícia apreendeu 30 toneladas.

Operação resgate

A equipe da **Campus Repórter** acompanhou uma operação do Grupo de Apoio Tático Itinerante (Gati) da Polícia Militar de Pernambuco no rio São Francisco. As condições de trabalho da polícia são precárias. Com um barco pequeno, um GPS (sistema de rastreamento via satélite) funcionando e com apenas um homem



que sabe manuseá-lo, em época de baixa do rio, como a desta operação, eles não conseguem ir muito longe. O comandante do grupo, capitão André Luiz, diz que as novidades estão chegando à região pelo governo federal, mas “eles colocam cerca elétrica para nos pegar, armadilha para pegar onça, cada dia inventam alguma coisa. E a gente com os mesmos equipamentos”, afirma.

Na beira do rio, ao apresentar o barco da viagem, o capitão brinca: “É o nosso Titanic, com a diferença que não afunda”. Tentando chegar a uma plantação demarcada dias antes por eles, o barco sobe em uma pedra e fura. A única saída é retirar todo o equipamento do corpo, incluindo armas e coletes à prova de balas, que pesam muito. Se perdidos, os policiais têm de pagar por eles e ainda podem ficar presos por um período. O grupo conseguiu sair de cima da pedra sem virar o barco em meio à tensão e ao medo de que passasse algum traficante armado e encontrasse a polícia vulnerável daquela forma. Conseguiu também chegar a um porto improvisado, onde descobrem ser uma área onde realizaram uma operação havia

três dias. Novamente a tensão se instaura entre homens ao se depararem com um fuzil encostado em uma árvore e um barco sendo consertado.

Ao chegar de volta à estrada, a preocupação volta-se ao furo do barco, que deverá ser remendado para que as operações voltem a acontecer. Um dos policiais comenta: “A gente passa por tudo isso direto. E eu ganho R\$ 1,3 mil por mês”. De volta ao quartel, a sensação que fica é de que a maconha pode ter perdido força na região. Salgueiro pode não ser mais a capital nacional da droga, já que o país é abastecido em grande parte pela erva proveniente do Paraguai. A maconha, contudo, continua bem presente na vida dos habitantes e ainda movimenta a rotina da região. Até mesmo no exercício de negar sua existência. ✖





Mulheres de turbante

Para prevenir, bastaria proteger os motores de
barco e ter vontade e ação política. Para remediar,
profissionais e ONGs especializadas desdobram-se.



Texto | Mel Bleil Gallo
Fotos | Ádon Bicalho
Diagramação | Thaís Cunha

Mães, filhas, primas e irmãs vítimas de escarpelamento no Pará

sofrem com sequelas, preconceito e descaso,

enquanto lidam com as cicatrizes



Nm piscar de olhos. A mulher se abaixa, o cabelo escorrega para o eixo do motor do barco e o mais provável é que ela só acorde no hospital, onde receberá a notícia de que perdeu o escalpo. São conhecidas como as meninas de turbante. Desde 1982, já foram registrados 252 casos de escalpelamento no estado do Pará. A Santa Casa de Belém tornou-se referência no atendimento às vítimas, mas prevenção ainda é o grande desafio da região.

O acidente é típico dos rios da Amazônia, sobretudo nos estados do Amapá, Amazonas e Pará, onde o barco é praticamente o único meio de transporte.

O problema

Os primeiros casos de escalpelamento aconteceram após os anos 1960, quando o motor elétrico começou a ser usado nos barcos. “O problema é que os motores utilizados hoje são feitos para serrarias, garimpos e adaptados aos barcos”, explica o médico Hélio Franco, secretário estadual de Saúde do Pará. Em algumas regiões, onde a maré é mais forte, o motor precisa ser instalado no meio do barco para dar o impulso necessário ao veículo. É o caso do arquipélago do Marajó, líder em acidentes no Pará. O eixo fica completamente exposto ou sem proteção adequada.

Por lei, todos os barcos motorizados deveriam ser registrados junto à Marinha e ter a construção supervisionada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea). Além disso, de acordo com a Lei nº 11.970, aprovada em 6 de julho de 2009, todas as embarcações são obrigadas a usar a proteção sobre o eixo do motor.

“São aproximadamente 250 mil barcos, que atendem indiretamente três milhões de habitantes ribeirinhos, da zona rural”, alerta o médico Cláudio Britto. De acordo com Cláudio, a falta de proteção dos motores é também uma questão econômica. “O estado do Pará é o primeiro em exportação de peixe do país. Cerca de 40% da nossa produção não têm como ser registrados, porque vêm dessas embarcações irregulares.”

Falta de consciência

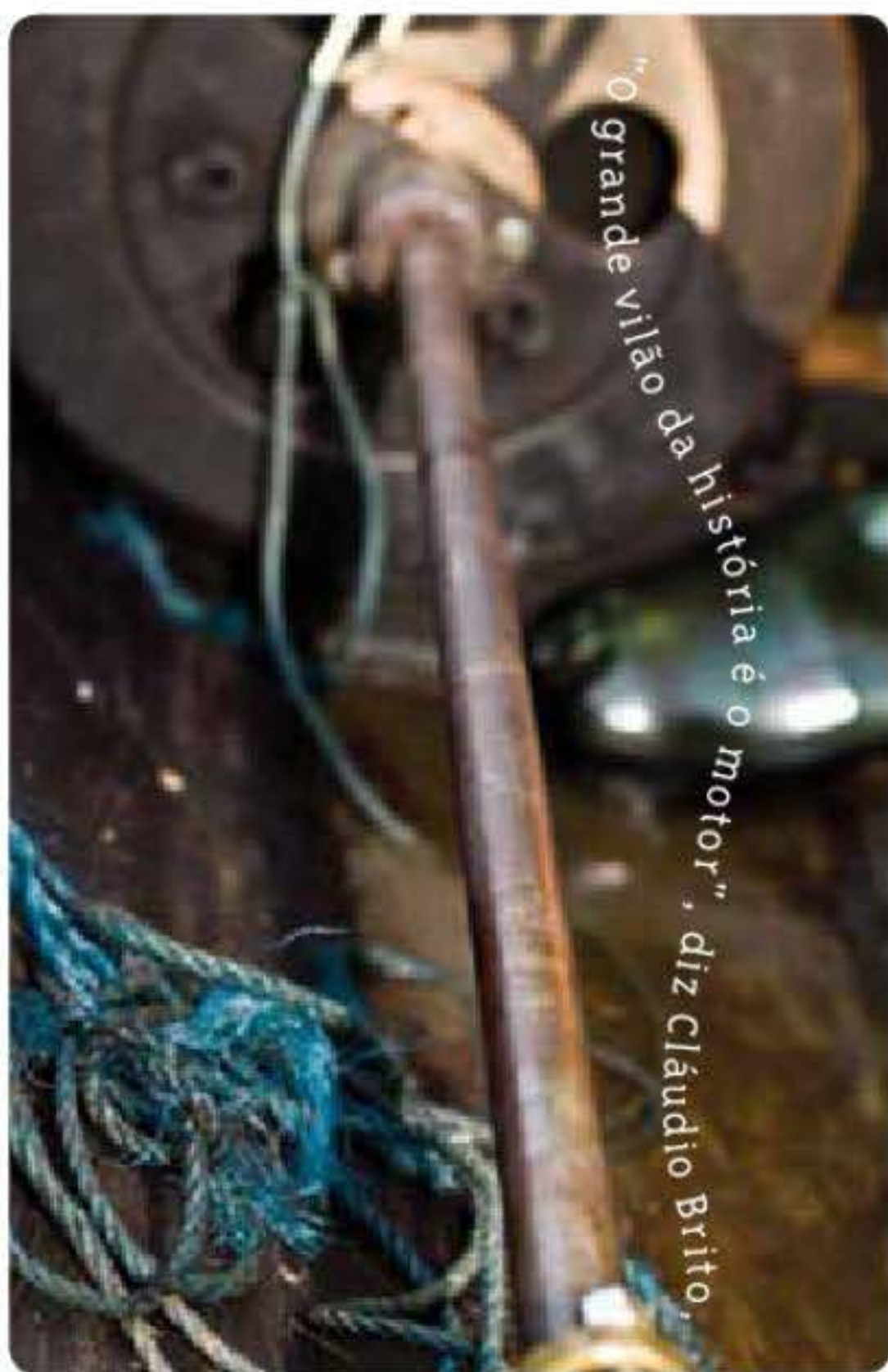
Entre as razões que dificultam a prevenção do acidente e a popularização do protetor de eixo nas comunidades ribeirinhas, o secretário Hélio Franco destaca a falta de consciência dos gestores de saúde e a exclusão social das vítimas. “Se você perguntar para os secretários municipais de Saúde quais os principais problemas em seus municípios, ninguém vai falar do escalpelamento. E quando a gente pergunta, dizem que é só um caso ou outro.”



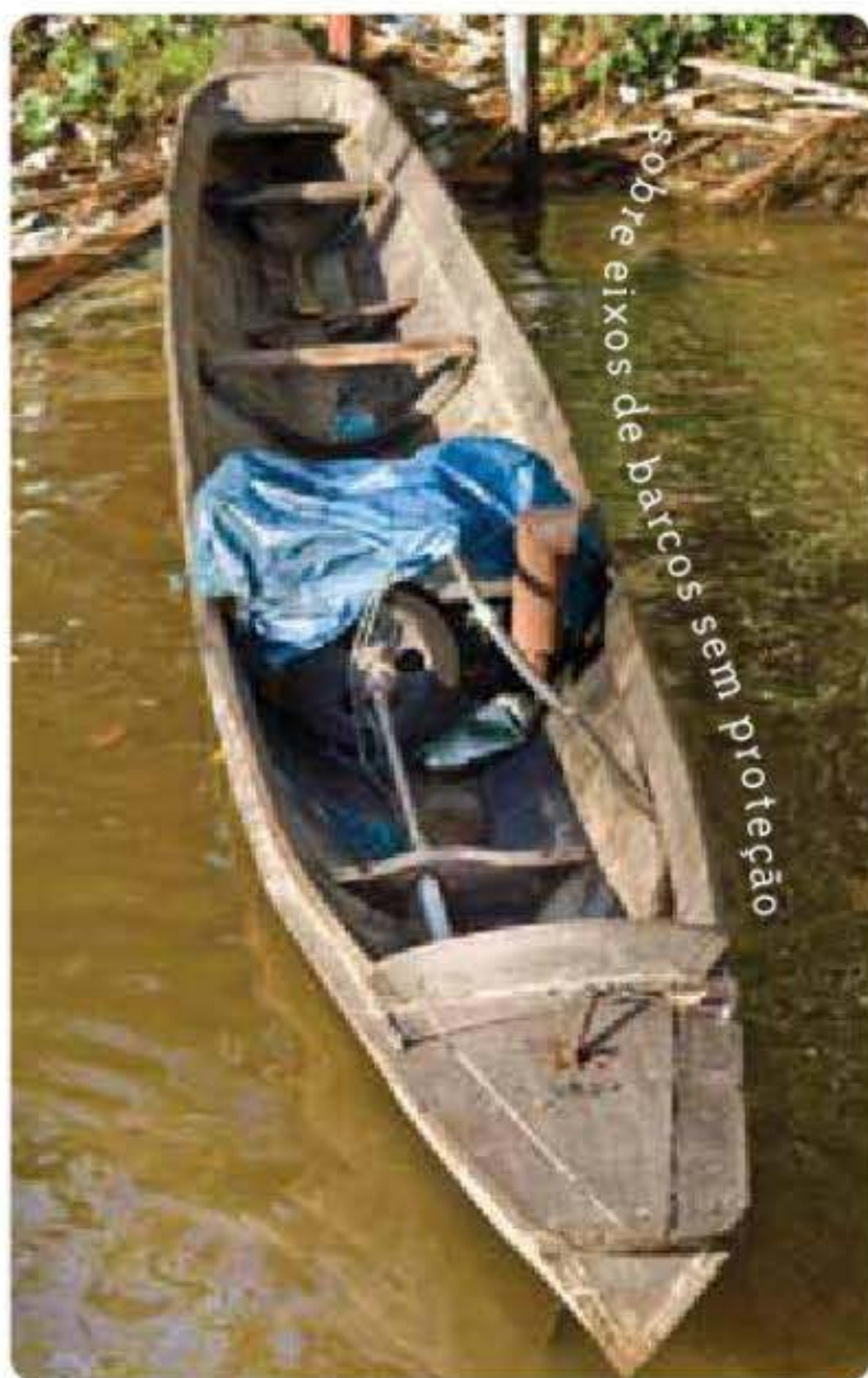
Desde 1982, **252**
mulheres já foram
escalpeladas no Pará

São aproximadamente
250 mil barcos,
que atendem indiretamente
três milhões de habitantes

Por **LEI**, todos os barcos motorizados
deveriam ser **REGISTRADOS** junto à
Marinha



"O grande vilão da história é o motor", diz Cláudio Brito.



sobre eixos de barcos sem proteção

De acordo com o secretário de Saúde, existe uma explicação antropológica para essa invisibilidade: "Assim como o estupro, o escarpelamento costuma acontecer muito em família e normalmente gera um sentimento de culpa do pai, do filho ou do parente envolvido, dono do barco. Com a mulher, ocorre uma exclusão social por causa da lesão, que não tem cura, é para sempre."

Para transformar essa realidade, a coordenadora de Educação, Saúde e Mobilização Social da Secretaria de Saúde do Estado do Pará (Sespa), Socorro Silva, afirma que, em parceria com a Marinha, a Defensoria Pública da União e outras secretarias do governo, são realizadas ações preventivas, de conscientização, cadastramento das embarcações e distribuição de protetores de eixo. Pretende-se ampliar as parcerias e incluir de ONGs a igrejas, explica Socorro.

Os resultados das ações preventivas, porém, ainda não surgem nas estatísticas e o escarpelamento continua a acontecer. Na opinião de Cláudio Britto, "falta vontade, determinação política. O trabalho de prevenção está estagnado. As pessoas têm pavor de ser ilegítimas, por isso fogem da Marinha. O governo e as entidades responsáveis têm que ir lá pro interior dos municípios, com os agentes."

De acordo com a psicóloga Paula Oliveira, coordenadora do projeto Por Amor às Ribeirinhas, organização missionária da Primeira Igreja Batista do Pará, a religião também pode dificultar a prevenção. "Às vezes, atribuir a uma causa divina é mais fácil do que a uma cultura. Ainda mais no interior, em cidades pequenas, onde todo mundo fofoca e julga como convém."

Para Paula, o ideal seria que uma equipe de antropólogos e sociólogos acompanhasse as comunidades, em busca de soluções para obter uma mudança de comportamento real. Além disso, a psicóloga defende maior fiscalização das embarcações para redução imediata dos acidentes na região.



A caminho da escola

Todo dia, Raísse Freitas Batista e os colegas vão de barco para o colégio. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Ponta Alegre fica no município de Curralinho, na região do Marajó. Uma manhã, a menina de dez anos deixou o lápis cair no caminho. “Fui apanhar e o motor me pegou”, lembra. Imediatamente, o cabelo de Raísse ficou preso ao eixo do motor, que estava sem uma das tábuas de proteção. O escalpelamento foi parcial e, hoje, a mãe da garota faz um coque para encobrir a cicatriz física.

Após o acidente, Raísse foi encaminhada à Santa Casa de Belém, onde fez a cirurgia de enxerto – que consiste na retirada de um pedaço de pele da coxa, para cobrir a área exposta do couro cabeludo. Em seguida, ela recebeu tratamento no Espaço Acolher, do governo do estado. Com o auxílio de psicólogos e pedagogos, pode acompanhar os trabalhos escolares em parceria com a direção da escola Ponta Alegre.

O transporte é vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Curralinho. De acordo com o diretor de Transporte Escolar do município, Antônio de Oliveira, o convênio com o barco foi encerrado. “Tomamos as providências com relação às escolas, mas infelizmente não podemos impedi-lo de circular pela região”, explica. “Fazemos vários cursos, mas os donos dos barcos não colocam a proteção. A gente fala: você tá usando uma arma e não vai pegar qualquer pessoa, vai ser alguém da sua família, alguém próximo.”

Apenas em 2010, foram registrados dez casos de escalpelamento, levados à Santa Casa de Belém. O município com mais incidências foi o de Curralinho, com dois acidentes. Até agosto de 2011, seis novos casos já haviam chegado ao Espaço Acolher. Os dados, no entanto, não incluem as mortes imediatas que sequer são registradas como escalpelamento, nos postos de Saúde municipais.

por influência da cultura indígena e da religião evangélica, a vaidade da mulher para se expressar muitas vezes no cabelo comprido



Dor para sempre

“Era de manhã e eu estava indo pra Curralinho, no barco do meu pai. Enquanto retirava o excesso de água do barco, meu cabelo prendeu no motor.” Depois disso, Josinéia da Silva Côrrea, de 22 anos, só se lembra de ter acordado no Pronto Socorro Municipal de Belém.

“Eu tinha nove anos. Seis meses depois do acidente, fui pra casa, em Oeiras. Só agora voltei pra Belém”, conta Josinéia. “Minha prima também estava fazendo o tratamento e me disse pra dar continuidade, aqui no Espaço Acolher. No meu caso, atingiu mais a parte do ombro.

Por causa do tendão puxado, sentia muita dor. Tinha dias que eu amanhecia e não conseguia nem movimentar o pescoço.”

“Mudou tudo. Na época eu pensei que era só comigo, nunca tinha ouvido falar. Eu ficava em casa, não gostava de sair, tinha vergonha. Usei um remédio caseiro, que ajudou o cabelo a crescer. Minha mãe queria que eu usasse peruca, mas eu só queria usar um chapéu. Na escola, as meninas ficavam tirando, fazendo graça. Antes, eu trabalhava com pesca e açaí, mas depois do acidente não posso fazer muita coisa, dói muito.”



Francinete Alves Pereira, prima de Josinéia, também tinha nove anos quando sofreu o acidente, em 24 de dezembro de 1999. Ia de Curralinho para o município de Oeiras, no Marajó. Na viagem, retirou a cobertura do motor do barco e se esqueceu de devolvê-la. Passou o Natal e o Ano Novo no hospital. “Já tinha ouvido casos, inclusive na família, mas nunca imaginei que fosse acontecer comigo.”

Depois de nove meses internada, a convivência na escola foi difícil. “No começo tinha que lidar com todo tipo de crítica e piadinhas. Fui chamada de urubu,

careca e coisas piores.” Hoje, com 21 anos, é respeitada pelos colegas. Fã de história e biologia, ela pensa no vestibular que irá prestar, antes de realizar mais duas cirurgias em Belém.

A tranquilidade veio também em casa. Francinete se casou e é mãe de Douglas, menino de três anos. “Ainda tem muitas coisas que não posso mais fazer, como ajudar minha mãe a apanhar açaí, ou tomar muito sol, mas já me acostumei. Minha vida vem em primeiro lugar e a gente não se estraga por pouca coisa. Tem que ir à luta pelo que a gente quer.”



"Há um ano e quatro meses fiz minha primeira cirurgia do expansor.
O que mais perguntava era se teria meu cabelo de volta"

Arlene Castor

Espaço Acolher

Desde 2005 a Santa Casa de Belém é referência no tratamento às escarpeladas. O Espaço Acolher surgiu em 2006, da necessidade de se ter uma área reservada para as mulheres e seus acompanhantes ficarem, durante o tratamento, a partir de um projeto da assistente social Maria Luzia de Matos.

A iniciativa faz parte do Programa de Atendimento Integral às Vítimas de Escarpelamento (Paives). Antes do programa, as vítimas não tinham local para fazer os curativos e, por isso, "muitas vezes sofriam infecções, perda de enxerto e outros problemas", recorda a assistente social. Os familiares, tampouco, tinham onde ficar, complementa. A partir de 2009, o Espaço Acolher foi transferido para um prédio próprio, com 27 leitos. O espaço conta com uma terapeuta ocupacional e uma psicóloga.

Além disso, parcerias com o Programa Prosseguir, Secretaria Estadual de Educação (Seduc), e o Núcleo de Educação Popular Paulo Freire, da Universidade Estadual do Pará (Uepa), garantem acompanhamento escolar às pacientes.

Também são oferecidas oficinas de culinária e artesanato.

"Foi muito bom termos vindo para fora da Santa Casa, pois o contato com a população externa sempre é uma barreira no hospital. Dessa forma, o atendimento foi ampliado. O foco do Espaço Acolher está na garantia de direitos às vítimas do acidente com motor de barco, por meio do encaminhamento à rede de serviços de saúde, educação e cultura do estado", explica Maria Luzia.

As acidentadas também recebem auxílio na busca por indenizações, por meio da Defensoria Pública que atua no espaço. "Com o dinheiro da indenização elas podem comprar uma casa, algo que lhes dê garantia daqui pra frente. Dos 150 processos que abrimos, 12 já foram atendidos", explica Maria Luzia. "É uma questão de saúde pública e o Estado deve ser responsável em suas três instâncias – executiva, legislativa e judiciária. É preciso garantir políticas públicas. Primeiro, na prevenção desses acidentes. E segundo, onde temos avançado muito, na assistência às vítimas."

Histórias de superação

A ressocialização é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas vítimas, devido à vergonha das cicatrizes e à fragilidade da saúde das mulheres. Para combater a exclusão social, organizações como o Espaço Acolher, Associação Por Amor às Ribeirinhas e a Organização Não-Governamental dos Ribeirinhos Vítimas de Acidentes de Motor (Orvam) exercem papel fundamental.

É o que pensa Edna Maia, mãe de Ana Alice Gomes, de 13 anos: “Hoje em dia ela usa a peruca, já conhece outras mulheres assim e vê que é mais normal”. Ana Alice estava a caminho da Assembleia de Deus, quando o acidente aconteceu. “Tava brincando perto da maresia, aí minha sandália escorregou e só me lembro de ter ido pra Breves e depois pra Belém. Eu chorei muito, pensava que era só eu. Até que eu vim pro Espaço Acolher e vi que tinha mais gente.”

Edna vive apenas com o dinheiro do Bolsa Família e a ajuda dos avós, que cuidam dos outros quatro filhos em Bagre, no interior do Marajó, enquanto ela acompanha a filha no tratamento.

Balbina Barbosa Figueiredo Neta, 24 anos, de Anajás, sofreu escarpelamento

parcial. Após oito cirurgias reparatórias, a área exposta foi completamente coberta pelo longo e bem cuidado cabelo. No entanto, a moça só teve coragem de contar ao namorado sobre o acidente, que acontecera 13 anos antes, depois de aparecer em uma reportagem sobre a Orvam, na televisão. “Na escola, nem meus melhores amigos sabiam”, revela.

O apoio da família foi essencial para o tratamento da dona de casa Regina Formigosa de Lima, 38 anos, de Muaná. Ao sofrer o acidente, em 1995, interrompeu a quarta série do ensino fundamental. Durante os primeiros cinco meses, a mãe e as irmãs se revezavam no hospital. “Fiquei um ano me recuperando. Como não podia me movimentar, entrei em depressão e engordei 30 quilos de uma vez só.”

Hoje, as coisas melhoraram. Regina conheceu um rapaz, que morava perto da casa de sua tia. “Ele se tornou meu melhor amigo, um grande parceiro. Ao contrário do namorado que tinha na época do acidente, que nunca foi me ver no hospital, ou me escreveu.” Em um programa de televisão, conheceu a Orvam e hoje é frequentadora assídua, com sua filhinha. “Pra vir pra cá tive que remexer as feridas,



Níveis de escarpelamento

Quando o escarpelamento é total, o grau do ferimento pode variar entre três níveis. Couro cabeludo, no primeiro. No segundo, já tira uma espessura fina de musculatura. O mais grave chega até o crânio.

Em todos os casos, leva-se cerca de quatro dias para cuidar da infecção. No primeiro nível, quando as partes moles são mantidas, a paciente costuma permanecer de dez a 15 dias internada. Durante esse tempo, é realizado o enxerto, geralmente retirando pele da coxa.

Quando há exposição da tábua óssea, são no mínimo 30 dias de internação. Já quando o crânio fica exposto, também é necessário criar uma proteção de acrílico, o que leva no mínimo 45 dias. Além do couro cabeludo, sobrancelhas, orelhas, pescoço e outras regiões também costumam ser afetadas.

No caso do escarpelamento parcial, existe um tratamento chamado Expansor – inserção de bolsas de silicone por baixo do couro cabeludo que não foi arrancado. Com o passar do tempo, a pele é esticada e o silicone é substituído por soro fisiológico. O resultado final é a recuperação de boa parte da superfície com cabelo.

Em geral, as mulheres precisam manter o acompanhamento do tratamento por toda a vida, pois são muito comuns machucados nas regiões atingidas. Além disso, as sequelas psicológicas são muito frequentes.



mas agora é mais fácil. Gostei muito do curso e penso em estudar.”

Além de depressão e exclusão social, o acidente pode gerar traumas físicos e psicológicos maiores. É o caso de Arlene Prata Castor, de 39 anos, que sofreu uma lesão cerebral irreversível. O acidente ocorreu há dez anos, em Breves, interior do Pará. “Fiquei três meses internada. O baque no crânio foi muito forte. O doutor disse que a minha mente ficou como se fosse de criança”, explica. Entre os sintomas, Arlene chegou a desenvolver síndrome do pânico e perdeu a vontade de se alimentar. Apesar de tudo, o trauma deixa um aprendizado: “Falo para minhas filhas só andarem de cabelo preso e não irem para trás do barco, de jeito nenhum”.

Perucas: solução problemática

Hoje duas importantes organizações não-governamentais de apoio às vítimas de escalpelamento do estado do Pará trabalham com a confecção de perucas, seja por meio de campanhas de doação de cabelo e verbas, seja por meio de oficinas profissionalizantes de costura com as próprias mulheres.

“Toda a rotina delas é comprometida. As crianças param de estudar, as mulheres saem de casa, das suas famílias. O mais afetado é a autoestima e o que elas mais pedem é uma peruca”, explica Paula Ribeiro, da Associação Por Amor às Ribeirinhas. “Com as perucas, a gente consegue trazer para elas uma esperança de se sentirem desejadas, bonitas.”

“Nosso objetivo, além de reconstruir a autoestima dessas mulheres, é a inserção delas no mercado de trabalho e sua escolaridade. Antes era como se elas estivessem mortas, ali, vivas. Elas não conseguiam nem sorrir, nem se enxergar. É um trabalho de sementinha”, conta a assistente social Maria Cristina Santos, fundadora da Orvam.

O uso de perucas impróprias, no entanto, pode ser perigoso. “Por causa do atrito, do sol e das irritações, o uso tem que ser acompanhado frequentemente, por profissionais, porque o risco de ter câncer e outras complicações é muito grande”, alerta o secretário de Saúde, Hélio Franco. “As perucas usadas em geral têm cabelo longo e é natural que sejam pesadas. Muitas vezes elas provocam ferimentos, que necessitam refazer o enxerto. Pode até gerar câncer. Já teve inclusive caso de morte em Macapá”, enfatiza o cirurgião plástico Cláudio Britto.

Para Cláudio, o modelo ideal seria uma peruca com base de silicone. A Associação Sarapó fez contato com empresas de São Paulo, que trabalham com prótese de silicone. Mas o médico critica a falta de iniciativa governamental. “Eles ficam muito preocupados com a estética e não investem em estudos.”

O Espaço Acolher, da rede pública de saúde do Pará, é parceiro da associação Por Amor às Ribeirinhas na confecção de perucas. A coordenadora do espaço admite: “Realmente um estudo especializado seria melhor. Fala-se em silicone e outras possibilidades. Por enquanto, a gente tem tentado criar as melhores ofertas”. ✂

CULTURA SEM CONSERVA

Tradições populares anteriores ao DF tentam
sobreviver dentro da modernidade brasiliense

Texto | Vinícius Pedreira e Felipe Müller

Fotos | Mariana Costa e Clara Campoli

Diagramação | Dario Joffly



e geração a geração, as cidades do Entorno de Brasília contam com diversas pessoas que buscam preservar as culturas locais. “Brasília não tem cultura alguma e tem todas. A mais original, hoje, seriam as folias. Antes, tudo era Goiás e essa era a cultura daqui.” A sentença é de José Nucias Vieira Brandão, morador do Novo Gama, Entorno do Distrito Federal. Sua idade é incerta, mas diz ter 46 anos. De onde veio, Bonfínópolis (MG), a 299 quilômetros da capital federal, não era costume fazer certidão de nascimento assim que a criança nascia.

Vestido a caráter, com botas, chapéu e viola em mãos, José Vieira recebe a equipe da **Campus Repórter**. Em uma casa simples, mas espaçosa para a grande família – doze pessoas presentes no dia da visita – acontecem os ensaios antes das apresentações do grupo de Folia de Reis. Os filhos mais novos e os netos aparecem com olhares curiosos para observar os visitantes. Tímidos, ficam atrás dos pais até o treino começar. Porém, logo esquecem dos “intrusos” e voltam a atenção para as batidas de pé e palmas quando a música

começa. Esse é o início do interesse pela festa, celebrada há 110 anos, de mais uma geração.

Os Vieiras não estão sozinhos nessa luta. Quem também se orgulha por lutar pela causa é o aposentado baiano João de Souza Lima, 73 anos. Após ter trabalhado como ajudante de pedreiro na construção do Palácio da Alvorada, Souza Lima constituiu família em Planaltina (DF), a 40 quilômetros da capital. Sentado em uma cadeira na varanda da sua casa repleta de árvores e sombra, ele conta como ajudou a reviver a centenária Festa do Divino da cidade, após anos de descaso.

Apaixonado pelo folclore brasileiro, Souza Lima define o tema com um olhar vibrante de quem sabe a importância do assunto: “Tem uma coisa que eu li que acho que é a mais próxima do que penso: é a sabedoria, a alma de um povo”. Bastante sereno, explica como todo esse amor surgiu. A origem foi na terra natal, onde as manifestações populares são diferentes, mas nem por isso deixam de encantá-lo. Longe do lugar de nascença, o baiano abraçou, então, a cultura local da cidade que escolheu para viver e não deixa de participar de nenhuma Festa do Divino desde 1973.

Parte da família Vieira reunida antes de ensaio





Caderno de anotações das tabelas de Folia de Reis da família Vieira

Santos e reis

Leitura popular da história cristã, as folias estão organizadas, muitas vezes, na família. Mantendo a tradição secular em contar a história do menino Jesus a partir da viagem dos Reis Magos, os Vieiras dividem a atenção dos preparativos das festas com os trabalhos na cidade. No Novo Gama desde 1989, o capitão de folia José Vieira trabalha como cozinheiro e Baltazar, 23, seu filho e um dos mais interessados em manter viva a tradição da família, como professor de viola. A rotina, no entanto, não atrapalha a transmissão dos conhecimentos e do gosto pelos festejos para seus descendentes que, desde cedo, aprendem a catira – dança típica do Centro-Oeste. O avô coruja até tenta confirmar sua afirmação, mas o neto mais novo, o exímio dançarino, está encabulado. O colo da irmã mais velha parece melhor.

Apesar de as festas contarem a mesma história – da visita dos Reis Magos (Folias de Reis) ou da morte e ressurreição de Cristo (Folias do Divino), Baltazar Vieira explica que há diferenças. “Cada guia usa vocabulários próprios, cria versos, há variedades no ritmo da música e das cantorias. Até nas danças vemos

*"AGRADEÇO O
BELO ALMOÇO/
COMO AGRADEÇO
AS ESMOLA DEUS
LHE PAGUE O
BELO ALMOÇO/
QUE DEU AOS
TRÊS REIS DIVINO/
GANHAM UMA
PARTE DA MISSA
COM TRÊS
PANCADAS
NO SINO"*

trecho de ladainha da família Vieira

singularidades (coreografias, formas de rodar, bater palmas e os pés são algumas)".

As anotações que os Vieira quase transformaram em livro contam com 12 tabelas (histórias) e apresentam 280 versos aprendidos, de cor, por meio do avô e do pai. "Seria um guia de folia. Escrevemos com as anotações do meu caderno que tenho desde 1981, mas ainda não conseguimos lançar", lamenta José Vieira. Para cada situação-pretexto para a realização de uma folia, o patriarca garante ter alguma ladainha – texto cantado – que pode ser feito. "Fazemos a festa quando as pessoas pedem. Pode ser por promessas ou como louvor [exaltar, glorificar] aos santos. E, ainda, existem aqueles que querem só por devoção [participam apenas por ter fé].

Devoção que existe em Souza Lima. O acervo pessoal retrata bem a paixão para quem quiser ver e conhecer um pouco da história da folia em Planaltina (DF). Com uma extensa coleção de

De forma geral, pode-se citar algumas características dessas manifestações:

Alferes

Carrega a bandeira da folia e recebe os donativos oferecidos das casas visitadas

Guia, embaixador ou capitão

Sabe os versos, a história e puxa o cantorlo

Giro

Compreende os dias que a folia tem início até seu final

Alvorada

É o primeiro rito do giro. A bandeira que fica na casa do festelro – ou Imperador – é retirada para dar início aos festejos

Pouso

São as casas por onde a folia passa

Entrega da bandeira

Encerrado o giro, os festelros passam a bandeira para o festelro do ano seguinte

Bandeira do acervo pessoal de Souza Lima com símbolo da Festa do Divino





fotos históricas, roupas típicas, insígnias e instrumentos musicais de 38 anos como folião, sua relação vai além do gosto pela festa. Durante a década de 1970, por exemplo, foi um dos responsáveis – junto com o padre da cidade à época, Aleixo Susin, e o então administrador da cidade, Francisco Faria, a reviver a Festa do Divino. Ele lembra que naquele tempo a folia era realizada esparsamente pela zona rural da cidade, com muitos dos participantes já idosos. A comissão composta por ele, Susin e Faria decidiu reunir, então, membros dos grêmios estudantis das escolas de Planaltina para organizar uma gincana cultural a fim de preservar as raízes do Divino.

Os jovens foram divididos em dois grupos e o objetivo era encontrar pessoas que ainda mantinham o hábito de realizar as folias. Cada grupo tinha uma função.

“Alguns procuravam na roça quem sabia tocar viola de dez cordas; outros, quem conhecia como bater caixa; um outro pesquisava quem sabia tocar a rabeca.” Com energia para ganhar a competição, os estudantes descobriram, inclusive, capitães da festa. Dessa forma, a gincana evitou o desaparecimento do festejo.

No mesmo ano houve uma grande demonstração na cidade de como a folia era realizada na área rural. A partir do ano seguinte, passou a ser comemorada com regularidade. Com muito orgulho, Souza Lima garante: “Pudemos refazer a festa como era feita na área rural. Todo mundo a cavalo, demos volta na cidade, paramos nas casas, cantando e tudo. Também a trouxemos para a área urbana”. E acrescenta, veemente: “A cidade que não preserva sua cultura e raízes não tem nada para contar”.

Souza Lima
compartilha
a paixão pela
folia da sua
cidade

Travessia

As tradições que famílias como a Vieira e Souza Lima lutam para preservar são resquícios de uma época anterior à modernidade de Oscar Niemeyer e Lucio Costa. Localizada no centro do Brasil, a região onde hoje está a capital federal sempre foi um ponto de encontro entre cultura e povos vindos de todo o país. Pelo Planalto Central passaram os desbravadores bandeirantes em expedições de reconhecimento, fazendeiros vindos do Nordeste em busca de terras para cultivo e mineradores de todo o país à procura de minerais.

“Houve uma luta forte nesta região durante a colonização da margem ocidental do Rio São Francisco, que era toda ocupada por indígenas”, explica Alex da Silveira, antropólogo e doutor em História pela Universidade de Brasília. Foi desses tipos de viajantes que nasceram áreas urbanas como Goiás Velho, Pirenópolis e Cavalcante, em Goiás. O espaço onde hoje se encontra o Distrito Federal é situado exatamente na fronteira entre essas duas colonizações.

A miscigenação genética e cultural que retrata o povo do cerrado – o chamado *Homo cerratensis* para o historiador Paulo Bertran – contribui para a formação da identidade com a terra, além de demonstrar a capacidade de resignificar e reinventar tradições. Por muito tempo a história e a cultura locais foram esquecidas, fruto da decadência econômica da região. Ainda assim, as famílias que se instalaram na região continuaram mantendo a cultura popular. O Planalto Central só voltou a receber atenção do resto do país com a chegada da capital, já no século XX. Com a modernidade, cristalizou-se a ideia de que a história da região só começava a partir da construção do Plano Piloto.

De acordo com Silveira, no entanto, essa noção não se relaciona com a realidade. Em 2005, no projeto conjunto entre Universidade de Brasília e Universidade Católica de Brasília, que originou o livro *Entorno que transborda*, foram feitos estudos sobre manifestações em cinco municípios do Entorno – Buritis, Formosa, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Corumbá de Goiás.

"O URUCUIA VEM DOS MONTÕES OESTES.
MAS, HOJE, QUE NA BEIRA DELE, (...)
CULTURAS QUE VÃO DE MATA EM MATA,
MADEIRAS DE GROSSURA, ATÉ AINDA
VIRGENS DESSAS LÁ HÁ."

Grande sertão: veredas, de Guimarães Rosa, publicado em 1956



Primeiro chapéu do figurino de Folia de Reis, de José Vieira

À época, foram identificados 37 bens culturais. Desses, 13 eram folias. Não existem dados atualizados sobre todos os municípios da região, mas o antropólogo Alex da Silveira, participante do levantamento, afirma que a tendência é que cada uma das áreas urbanas constituintes do Entorno ter, pelo menos, uma folia. Entre as inúmeras tradições culturais mapeadas pela pesquisa nesse período, as mais encontradas no DF e Entorno são as festas religiosas, como a Folia do Colezinho, Nossa Senhora da Abadia, Nossa Senhora da Pena, São Sebastião e, principalmente, do Divino e dos Reis.

Além do caráter sagrado, também aparecem nesses festejos características não religiosas, a exemplo das danças curraleira, catira, buraqueira, lundum e congada. É a hora da descontração depois das longas jornadas. Com caras de concentração, fortes batidas de pé no chão, palmas e rodopios, a alegria reina e a música lava de vez o cansaço do dia a dia. Em relação à área da gastronomia da região existem, por exemplo, a marmelada do povoado de Mesquita, na Cidade Ocidental (GO), o doce de buriti em Buritis

(MG) e os bolos de caraduá e cará de Formosa (GO).

Brasil profundo

Entre os bens culturais tombados no DF encontram-se o Bumba-meu-boi de Seu Teodoro, o Clube do Choro, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e a Via Sacra de Planaltina. Em comum entre eles está o fato de todas as tradições serem posteriores à construção do Plano Piloto e da transferência do poder político para a nova capital.

A antropóloga e pesquisadora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) Letícia Viana conta que essa lacuna da valorização das tradições anteriores a Brasília está tentando ser preenchida com o trabalho de campo do órgão para mapear e tomba as folias tradicionais, incluindo as do Distrito Federal e Entorno.

Letícia cita o antropólogo mexicano Guillermo Bonfil Batalla para defender essas manifestações. Batalla estudou a construção da



Fachada do
Museu do Centro
Histórico de
Planaltina (DF)

cultura e da história de seu país baseado na cultura popular dos ancestrais indígenas em oposição àquela propagandeada pelos órgãos oficiais. O trabalho foi lançado com o título *México profundo*. “É interessantíssimo observar que esse ‘Brasil profundo’, não corriqueiro, é integrado por meio das folias e do catolicismo popular”, analisa a pesquisadora. Ela argumenta que muitas tradições brasileiras são mantidas à margem de um apoio maciço da sociedade, persistindo graças a brasileiros que têm passado os costumes através de gerações, como vem acontecendo em algumas regiões do Distrito Federal.

A estudiosa acredita que é possível existir diálogo entre o moderno e o tradicional na capital federal, sem sobreposição de valores entre um ou outro. E argumenta que toda manifestação cultural é mutável: “A gente pode observar toda essa mentalidade pré-moderna convivendo com essa modernidade trazida por Brasília, se adaptando em meio a essas diferenças”. Além disso, diz que o objetivo do Iphan é dar garantias de proteção a essas manifestações, tentando impedir que elas desapareçam. “O patrimônio não pode ser colocado em ‘conserva’”, afirma.

Persistência

Enquanto ainda não há perspectiva próxima de ajuda governamental, são os indivíduos que vêm fazendo a diferença. Baltazar Veira acredita que a cultura popular é capaz de sobreviver mesmo sem esse apoio. Para isso, é preciso investir para que as novas gerações mantenham a tradição de seus pais e avós. Mas não é uma tarefa fácil, já que “hoje em dia a vida moderna tem confortos e necessidades que acabam te afastando dessa tarefa”. Por causa do trabalho, por exemplo, Baltazar explica que as folias que antes eram feitas durante dias ficam restritas, muitas vezes, apenas aos finais de semana.

Para a dona de casa Simone Macedo, membro dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina, falta consciência à população sobre a cultura e a história que precisam ser preservadas. Ela conta que só foi se preocupar com essa situação há 16 anos, quando presenciou um grupo de moradores da cidade demolindo uma casa antiga: “Virei para eles e disse para pararem com aquilo, que estavam destruindo o próprio patrimônio”. Hoje, Simone busca fazer mostras especiais no

Segundo o site do Iphan, registro é “uma forma de reconhecimento e busca a valorização desses bens, sendo visto mesmo como um instrumento legal. Registram-se saberes e celebrações, rituais e formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem”

Museu do Centro Histórico – localizado em um casarão antigo da cidade –, resquício do século XIX. Por causa da pressão da família proprietária do espaço, o museu permanece fechado a maior parte do tempo, sendo aberto apenas no período dessas exposições esporádicas.

Tamanha paixão pela história pôde ser constatada durante a entrevista dada no Museu Histórico da cidade. Mesmo com o prédio fechado, Simone sensibilizou-se com o pedido de quatro meninas entre 11 e 13 anos que queriam conhecer o local. Ela permitiu a entrada das jovens e deu a elas uma aula de história sobre a cidade, ouvindo perguntas curiosas sobre aquele lugar e origens.

Simone cobra mais ação por parte da Secretaria de Cultura do Distrito Federal para preservar a história da cidade. Em julho, o Amigos entregou abaixo-assinado para que a festa seja registrada. A Secretaria garante que o processo de registro começará em breve, mas ainda sem data definida. “A gente também tenta conscientizar a população local para manter vivas as tradições. Não deve ser uma coisa só para turista. A comunidade tem que estar integrada”, defende Simone. ✂

Simone Macedo mostra, orgulhosa, objetos de exposição no museu sobre a Festa do Divino







O QUE **muda** **PERMANECE**

Como a professora feminista Tânia Navarro Swain se equilibra entre a descoberta do mundo e o lar particular

Texto | Emanuella Camargo
Fotos | Miguel Reis e arquivo pessoal
Diagramação | Juliana Reis



Fiz o que quis. Abri caminho com facão, mas consegui.” O jeito enfático e incisivo de expressar opinião e aquilo em que acredita assusta mesmo aqueles por quem a historiadora Tânia Navarro Swain tem afeto. Os longos cabelos grisalhos, praticamente ausentes de fios negros, contrastam com as poucas rugas. Características opostas ao que se esperaria de uma mulher com 64 anos de idade. Não há resquícios de maquiagem na face. Observa-se, assim, algumas manchas na pele alva do rosto e das mãos pequenas, com unhas curtas e sem esmalte. A um primeiro olhar, Tânia é exótica.

Na selva de ideias acadêmicas, abrir trilhas, apresentar novos conceitos e abordagens tem custo alto e Tânia foi incansável ao enfrentar desafios cotidianos. Feminista, pós-doutora em história. Ela ainda preserva a mesma maneira suave e um pouco tímida de sorrir, encontrada nos retratos da juventude. Aqueles com a costureira pose meio de lado, olhar fixo em ponto distante e mão apoiada ao queixo, a boca entreaberta com leve sorriso. “Odeio aparecer em fotos”, destaca.

Para alguns, Tânia tem uma maneira descomprometida de se vestir, mas é ela quem molda o próprio estilo. Em um dos artigos preferidos, intitulado *Velha? Eu? Autorretrato de uma feminista* – publicado na revista online *Labrys* – Tânia explica, em tom irônico: “Visto-me como bem me apetece, para escândalo das (os) colegas e para alegria de meus alunos, que partilham minhas preferências. Nunca torturei meus pés nestes sapatos pontudos e de salto alto (elegantes!) que nos impedem de correr, saltar, ter uma postura correta”.

Ao longo da vida, o espírito transitório de Tânia a fez re-inventar caminhos. Nas viagens por diversas partes do mundo e do Brasil parece voltar renovada, transbordando descobertas e euforia. “Sou nômade, sem identidade fixa, sem raízes para me prender, sem caminhos definidos. O rumo que me atrai é o que leva à liberdade, para mim e para todas as mulheres”, define-se Tânia Navarro.

Diante de tantas aventuras vividas é difícil determinar a cronologia certa das lembranças. A infância parece resgatar o que há de mais saboroso na memória de Tânia. Afasta-se das memórias negativas da vida. Lembra-se das brincadeiras no sítio comprado pela mãe, Enói Renée Navarro Swain, no município de Cerro Azul, a aproximadamente 92 quilômetros da capital do



Paraná, Curitiba, cidade onde nasceu em 2 de dezembro de 1946. A paixão pela natureza e pelos animais, que até hoje são uma marca distintiva em se tratando de Tânia, desenvolveu-se naquela região, entre banhos no rio, passeios a cavalo e a companhia da única irmã, Zeila, dois anos mais velha.

O pai, Hamilton Swain, era juiz e a mãe, pedagoga e escritora de livros infantis. A educação que Enói transmitia às filhas, portanto, fugia das tradicionais brincadeiras para “meninas”, entre bonecas e utensílios domésticos. Assim, Tânia acredita que ainda pequena, talvez sob influência da mãe, não seguia a regra da mulher frágil, passiva e sentimental. Via no modelo social imposto a impossibilidade de fazer o que bem queria. “Acho que sempre fui feminista, pois não seguia os modelos de ‘menina’ nem de adolescente submissa às normas e comportamentos esperados. A situação das mulheres sempre me incomodou e o fato de não poder fazer certas coisas por ser mulher era insuportável”, avalia.

Outra circunstância contribuiu para deixar um traço na personalidade de Tânia. Aos sete anos de idade, foi para um colégio de freiras a contragosto: “Queria ter ido para o colégio estadual, porque era onde minha mãe dava aula e minha irmã estudava”. Por lá, estudou até os 11 anos. “Conseguiram me converter. Eu quase fui ser freira e trabalhar em Uganda”, lembra, dando risadas, e completa: “Mas não durou muito. Realmente, acho que religião é um atraso de vida, principalmente para as mulheres”.

Tornou-se descrente dos cultos e rituais religiosos. Tânia discorda das doutrinas que contribuem para privar mulheres do direito de ir e vir e de

serem cidadãs. “Você vai acreditar numa religião que te impõe, te trata mal? As mulheres, pelo mundo afora, compõem o maior número de analfabetas no mundo, têm seus corpos mutilados e usados como moeda de troca. Os monoteístas apoiam, incitam e aconselham a inferiorização e o controle exercido sobre as mulheres por pais, maridos, filhos, tios, sobrinhos”, pontua.

Às vezes enigmática, Tânia parece ter criado uma armadura em torno de assuntos que a incomodam. Esquiva-se de questionamentos sobre a vida particular. Quando é levada a reviver momentos dolorosos, desvia dos detalhes que, talvez, gostaria que ruíssem no esquecimento. A morte de parentes próximos deixou cicatrizes. Primeiro foi o pai, Hamilton, em meados de 1990, que morreu de falência múltipla nos órgãos. Em 2007, foi a irmã Zeila que se despediu e, assim, Tânia perdeu a amiga e companheira. Dois anos depois, a mãe. “Lacunas é o que mais se têm na vida”, assinala.

Ascensão

Em 1964, o Brasil estava em plena ditadura e a tensão dos “anos de chumbo” parecia empurrar a jovem Tânia para longe de policiais e coturnos invadindo salas e vigiando a todos. “A ditadura foi uma coisa terrível e serviu para mostrar o horror do fanatismo e do desejo imoderado de poder. Os bons propósitos marxistas acabavam em discursos de intolerância, fanatismo absoluto, autoritarismo”, avalia a historiadora.



Feminismo acadêmico

Na UnB, Tânia Navarro Swain tornou-se pioneira, junto com a amiga e professora no mesmo departamento, Diva Gontijo do Couto Muniz, ao criar área na pós-graduação e algumas matérias na graduação sobre estudos feministas. As disciplinas foram implantadas em 2002 e permaneceram por quatro anos na pós e ainda são ofertadas aos graduandos.

Inicialmente, debater assuntos ligados ao cotidiano feminino na universidade parecia bobagem e a utilidade de disciplinas que desempenhassem esse papel foi, inúmeras vezes, questionada por estudantes e professores: “Disciplinas malditas, execráveis, sem importância, por que falar de coisas ‘naturais’? Falar de feminismo, então, era mostrar ‘ódio contra os homens’, todas umas lésbicas, todas mal amadas, feias. A ladainha ridícula de sempre”, lembra, irritada.

Para alguns, a historiadora utilizava um olhar rígido e exagerado para incluir na perspectiva histórica os feminismos. “Eu não perdi a capacidade de indignação, por isso sou feminista e quero transformar aquilo que é vergonhoso e desprezível: a apropriação dos corpos das mulheres e o controle de suas mentes, pelo convencimento ou pela força”, ressalta.

Reservada, Tânia Swain tem poucos amigos, entre ex-alunos e professores da universidade onde lecionou por 27 anos até a aposentadoria, em 2007. Aparentemente habituada aos comentários e críticas, ela faz questão de deixar claro que as opiniões contrárias as dela não afetam a elaboração

Seja para se distanciar, de alguma forma, daquele cenário repressor, seja motivada pela constante curiosidade e pelo desejo de descoberta, Tânia ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para dar continuidade à graduação em história. Morar no Rio de Janeiro representava uma aspiração, cultivada no início da adolescência: “Meu sonho à época era morar no Rio, o que consegui ali pelos 20 anos. Morando em Curitiba, o Rio representava espaço, liberdade, contato humano, praia, sol”. Durante aquele tempo, entrou para o *Jornal do Commercio*, onde escrevia matérias sobre agricultura, as quais serviram de inspiração para a dissertação de mestrado mais à frente.

Entre as inúmeras viagens que fez — cerca de 50 terras estrangeiras, além dos rincões do Brasil — foi em Paris, na França, e em Quebec, no Canadá, que Tânia se aproximou com mais intensidade dos estudos feministas e onde fez mestrado e pós-doutorado. “Minha vida sempre se dividiu entre trabalho e viagens e desde menina penso em lugares distantes, diferentes. É um desejo sem fim de conhecer”, diz, entusiasmada.

Durante o período no exterior, conheceu Estevão de Rezende, hoje professor do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB). São amigos há 35 anos. “Quando nos conhecemos, ela estava terminando o doutorado na França. Propus a Tânia que começasse a lecionar aqui (na UnB)”, lembra, o que de fato aconteceu a partir do segundo semestre de 1980.

do trabalho que desenvolve. O amigo, Estevão de Rezende, considera que “analisar os fenômenos sociais apenas pela perspectiva de gênero é tão unilateral quanto estudar a sociedade e o Estado só pela perspectiva econômica ou política”. Porém, ele acredita que é válido recuperar o “valor num aspecto que foi massacrado pela estrutura sociopolítica”, como é o caso das mulheres e das lutas feministas.

“Ela é uma pessoa que tem jeito peculiar de ser, mas é, ao modo dela, muito amável, humana, preocupada com as questões da sociedade e, ao mesmo tempo, uma intelectual que produz o tempo inteiro”, define, entusiasmada, a professora da Faculdade de Comunicação da UnB e ex-orientanda de Tânia Swain, Liliane Machado. Ela lembra, também, que Tânia tem “uma atitude e um jeito bastante incisivo, algumas pessoas veem nisso uma barreira e não conseguem se aproximar dela”.

A professora de história no Colégio Militar de Brasília Valéria Fernandes, que conheceu Tânia em 2003, ressalta: “Ela era sempre acolhedora e me apoiou em momentos muito difíceis. Mas como sua personalidade é explosiva, é preciso saber lidar com o gênio dela”. Por outro lado, Susane Rodrigues de Oliveira, professora de história na UnB, admira Tânia “especialmente pela capacidade de resistência e de questionamento às injustiças sociais. Pessoa brilhante intelectual e politicamente. Amiga fiel e solidária, que se mantém firme nos ideais feministas”, diz Susane.

“Nunca quis colocar mais crianças neste mundo. Não acredito que para ser completa precise de filhos. Minhas filhas são minhas queridas alunas que conviveram comigo, me estimularam, ajudaram a ser o que hoje sou”, resume Tânia.



Futuro do pretérito

Atualmente, Tânia Swain vive num refúgio de cinco mil metros quadrados, parte deles herdados da irmã Zeila, no Lago Sul, Brasília. Entre cachorros, passarinhos e outros animais, Tânia sempre se irrita quando o respeito e o carinho que têm pelos bichos são confundidos com o fato de não ter tido filhos. A historiadora, que hoje desfruta do que conquistou ao longo dos anos, não tem medo da morte, mas apavora-se pensando na possibilidade de ficar incapaz mentalmente. O receio vem da experiência acompanhando os últimos dias de vida da mãe, que morreu aos 89 anos. A queda que sofreu, enquanto domava um potrinho – dos 16 equinos que possuía – também realçou o temor. O tombo, em cima de “um montículo” de areia, fez com que o quadril de Tânia se quebrasse em três lugares. Dois meses de cama e um ano de fisioterapia levaram-na a considerar: “Quando caí e me quebrei, tive medo de ficar impotente, inválida. Disso eu tenho medo”.

Tânia Navarro Swain publica artigos na revista feminista online *Labrys*, entre outras. O periódico surgiu em 2002, foi idealizado e é editado por ela, tem duas edições por ano e, além da historiadora, participam intelectuais de áreas como psicologia, sociologia e linguística. A revista conta com parcerias do Canadá, México e França. “Sinto-me desabrochar, nunca escrevi tanto, nunca trabalhei tanto. Nunca fui tão feliz, fazendo o que quero, quando e como quero”, define o momento atual.

Possivelmente, o legado que deixa não envolve linhagem biológica, nem polêmicas que pode ter causado. Embora a história lhe permita diversas análises da sociedade com os olhos no passado, Tânia Navarro Swain já não faz tantos planos para o futuro, se diz realizada, pensa em escrever um romance.

Antes de se despedir, depois da entrevista à equipe da Campus Repórter, desejaram-lhe muitos anos de vida pela frente. Tânia foi incisiva na contrapartida: “Não me deseje isso. Eu quero morrer inteira, com a cabeça boa”. Depois de alguns minutos absorvendo a resposta, contentaram-se em ofertar boa saúde. ✂



PRATELEIRA

No currículo, Tânia tem mais de cem publicações entre artigos e textos em revistas e jornais. Alguns deles são:

Livros

+ *O que é lesblanismo?*

Editora Brasiliense, R\$ 19,00

+ *A construção dos corpos: perspectivas feministas* (org.)
Editora Mulheres, R\$ 45,00

Artigos

+ *Velha? Eu? Autorretrato de uma feminista*

+ *A doce canção de Caetana: meu olhar*

Na página tanlanavarroswain.com.br é possível encontrar, ainda, outras produções de Tânia

André Luís Gomes é professor do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da UnB. Autor do livro *Clarice em cena – as relações entre Clarice Lispector e o teatro*. Dirigiu, em 2007, o espetáculo infantil *Conta outra, Clarice*, do qual foi responsável pela adaptação. Em 2010, trabalhou como assistente de direção do espetáculo *Pulsações*, dirigido por Rita de Almeida Castro (IdA-CEN) e atuou como dramaturgista em parceria com o elenco do Teatro do Instante. Os poemas *Olho do desejo* e *ImPULSO* foram musicados para o espetáculo. *Risco do Instante* e *ALUMBRAR* nasceram dos jogos cênicos e improvisações e ganharam melodias, mas não integraram o espetáculo, ficaram apenas na memória de ensaios. ✖

Diagramação | Luciano Mendes

IMAGEM É REFLEXO

DO OLHO NO

1 **OLHO DO DESEJO**
do desejo de ter

DO DESEJO DE VER

..... DO DESEJO DE SER

O OUTRO

SINTO A VIBRAÇÃO

na luz das palavras

NO SALTO DO MALABARISTA

no risco de um domador

NO GIRO DE UMA BAILARINA

e no gestus do ator.

ENTREGO-ME AO IMPULSO

.....
do pulo de um trapezista

DO MEDO DE UM APRENDIZ

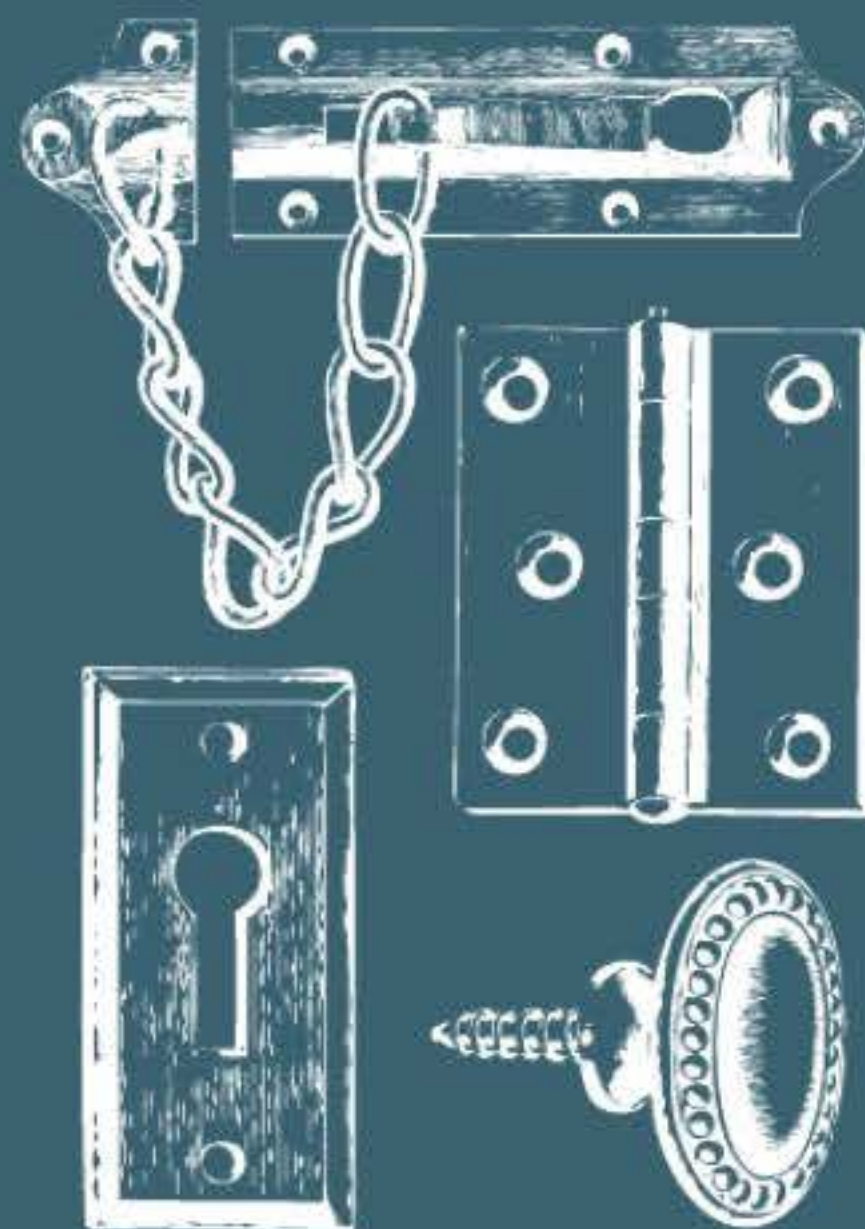
DO ESTILHAÇAR DAS CORES

para me lançar, suicida,

AO

RISCO LIVRE DO INSTANTE **2**

eternizado pela atriz.



3

UM INSTANTE,
UM IMPULSO
 o agora e o já
A VIBRAÇÃO DA EXISTÊNCIA
 A IMPROVISAR.

A DURAÇÃO DO MOMENTO
DE TUDO QUE HÁ
 o pensamento
a ultrapassar

O MEDO, O DELÍRIO,
 EM BREVE SONHO
a se desdobrar

UM IMPULSO, UM INSTANTE
o etéreo, o fulgaz
UM OBJETO GRITANTE
 • a descoberta e o mar. •



BOA VIAGEM E O MAR

Pescador, pescador, pesca dor

TRAZ NO LAÇO DA REDE
Saudade e mistério
DO FUNDO DO MAR

E EU, NO MEIO

DESSE BOM ESCURO,
Procuro,
NO PULO DA ONDA,
 no brilho do sal,
NA ÁGUA DA AREIA,
quinze mil estrelas

SÓ PRA ME

ALUMBRAR. 4

Para enviar o seu comentário ou pedir algum número da nossa revista, entre em contato pelo endereço:
reportercampus@gmail.com



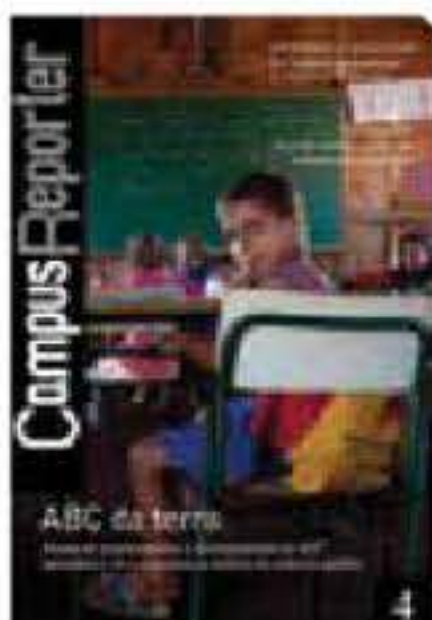
número 1 | 2007



número 2 | 2008



número 3 | 2008



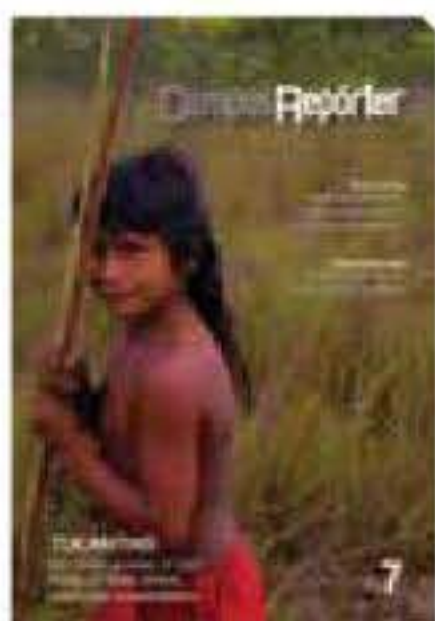
número 4 | 2009



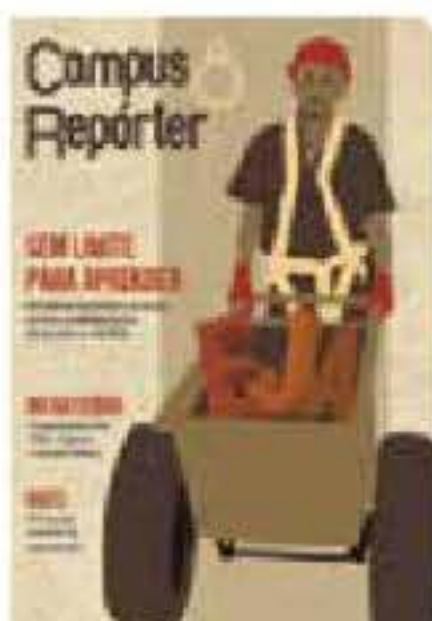
número 5 | 2009



número 6 | 2010



número 7 | 2010



número 8 | 2011

Editor-executivo
Sérgio de Sá

Editores
David Renault, Dione Moura e Paulo Paniago

Editor de arte
Luciano Mendes

Editor de fotografia
Marcelo Feijó

Reportagem
Ana Clara Pompeu, Emanuella Camargo,
Felipe Müller, Mai Dornelles, Mariana Haubert,
Mel Bleil Gallo e Vinicius Pedreira

Fotografia
Ádon Bicalho, Ana Clara Pompeu,
Clara Campoli, Mai Dornelles, Mariana Costa,
Mariana Haubert e Miguel Reis

Diagramação
Anna Lu Corrêa, Dario Joffily, Juliana Reis,
Thaís Cunha e Tito Patini

Capa
Thaís Cunha (diagramação)
Ádon Bicalho (Foto)

Agradecimentos
Max de Souza, Andy Constantinides, ONG Pisco
Sin Fronteras, Eliana Nazaré B. A. Dorneles,
Ronaldo Antônio M. Dornelles e Larissa Gomes

Faculdade de Comunicação | UnB

Diretor
David Renault
Departamento de Jornalismo
Zélia Leal Adghirni
Departamento de Audiovisual e Publicidade
Wagner Rizzo
Coordenação Comunicação Organizacional
Délcia Vidal

Endereço | Campus Universitário Darcy Ribeiro
Faculdade de Comunicação, ICC Ala Norte CEP
70.910-900. Brasília/DF
Tel. (61) 3307.2461 – Caixa Postal 04660
www.fac.unb.br
reportercampus@gmail.com

Impressão | Suprir Comércio e Serviços Ltda.
Tiragem | 4 mil exemplares

Campus Repórter é uma publicação
semestral, produzida por professores e alunos
das disciplinas Laboratório Campus Repórter e
Diagramação Campus Repórter. Faculdade de
Comunicação/UnB – Ano 5, nº 9, 2011.



SUA TESE RENDE UMA

REPORTAGEM

A Revista de jornalismo científico e cultural da UnB foi criada para divulgar a produção intelectual realizada nos campi. Se você quer ver sua pesquisa nas páginas da DARCY, mande um e-mail para revistadarcy@unb.br



Campus Repórter é revista de reportagem. Estudantes da Faculdade de Comunicação da UnB se unem para transmitir informação – em texto, fotografia e design. A cada semestre, novas ideias e pautas, novos desafios. Nada nos prende ao factual, tudo nos remete aos fatos. O tempo da notícia se desdobra para que o jornalismo mostre o que vê: janelas para que o leitor possa sentir e compreender um pouco melhor o mundo em que vivemos.

